

**Organizadores**  
**Bruna Penha**  
**Walter Antonio Desiderá Neto**  
**Rodrigo Fracalossi de Moraes**

# **O Mercosul e as Regiões de Fronteira**

**ipea**

## **Governo Federal**

**Ministério do Planejamento,  
Desenvolvimento e Gestão**  
Ministro Dyogo Henrique de Oliveira

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

### **Presidente**

Ernesto Lozardo

### **Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Rogério Boueri Miranda

### **Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

Alexandre de Ávila Gomide

### **Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

### **Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Alexandre Xavier Ywata de Carvalho

### **Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura, Interino**

Rogério Boueri Miranda

### **Diretora de Estudos e Políticas Sociais**

Lenita Maria Turchi

### **Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Sergio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho

### **Assessora-chefe de Imprensa e Comunicação**

Regina Alvarez

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

**Organizadores**  
**Bruna Penha**  
**Walter Antonio Desiderá Neto**  
**Rodrigo Fracalossi de Moraes**

# **O Mercosul e as Regiões de Fronteira**

**ipea**

Rio de Janeiro, 2017

O Mercosul e as regiões de fronteira/Organizadores Bruna Penha, Walter Antonio Desiderá Neto, Rodrigo Fracalossi de Moraes. – Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

258 p. : il., mapas color.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7811-312-4

1.Mercosul. 2. Fronteiras. I. Penha, Bruna II. Desiderá Neto, Walter Antonio III. Moraes, Rodrigo Fracalossi de.

CDD 337.98

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## **O PERFIL ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE FRONTEIRA DO MATO GROSSO DO SUL, MATO GROSSO, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL E O INVESTIMENTO PRODUTIVO E EM INFRAESTRUTURA NA REGIÃO DE FRONTEIRA DO RIO GRANDE DO SUL**

Fernanda Queiroz Sperotto<sup>1</sup>  
Camilo Pereira Carneiro Filho<sup>2</sup>  
Milton Cruz<sup>3</sup>  
Róber Iturriet Ávila<sup>4</sup>

### **1 INTRODUÇÃO**

Este capítulo visa elencar os elementos norteadores do estudo tema deste livro – corte analítico proposto, elementos conceituais trabalhados, definição da área de abrangência –, bem como apresentar as informações obtidas até junho de 2013, quando o projeto Mercosul e Regiões de Fronteira teve seu prazo de término antecipado.

O texto encontra-se dividido em três partes principais. Nesta introdução, há uma breve descrição do encaminhamento da pesquisa, destacando os objetivos, os temas e a área de abrangência. Na segunda seção, encontra-se uma síntese das informações apresentadas em um relatório parcial anterior, elaborado a partir da coleta de dados secundários. Na terceira, há um levantamento a respeito das projeções de investimentos produtivos e projetos de infraestrutura no estado do Rio Grande do Sul. Por fim, na última seção, algumas considerações finais são feitas.

No caso do Rio Grande do Sul, em 2011 o governo do estado criou o Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira. Um dos objetivos foi intensificar o processo de integração com os países vizinhos, especialmente nas cidades gêmeas, onde se encontram os maiores desafios para essa integração.

---

1. Pesquisadora da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS) e coordenadora estadual do projeto Mercosul e Regiões de Fronteira do Ipea.

2. Professor do curso de relações internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) e pesquisador do Programa de Apoio a Redes de Pesquisa (Proredes).

3. Pesquisador do Proredes.

4. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FCE/UFRGS).

No país, a região de faixa de fronteira é definida pela porção de terra estendida ao longo do limite territorial, com largura interna de 150 km. Nela, em 2009, situavam-se 588 municípios, espalhados em onze estados e com uma população aproximada de 10 milhões de habitantes (Brasil, 2009).

O Rio Grande do Sul destaca-se entre os estados por ser limítrofe com dois países – Uruguai e Argentina –, com os quais o Brasil mantém importantes laços comerciais. A faixa de fronteira rio-grandense agrega 197 municípios, distribuídos em uma cidade trigêmea, nove cidades gêmeas, dezenove municípios de linha de fronteira e 168 de faixa de fronteira.

### 1.1 O corte analítico

A estrutura metodológica proposta pela coordenação nacional do projeto elencou quatro eixos temáticos para a pesquisa. Cada uma das instituições envolvidas ficou responsável pela elaboração do termo de pesquisa de um desses eixos e, por conseguinte, da sua aplicação na área delimitada como região de faixa de fronteira, nos quatro estados analisados. Os eixos temáticos estão listados a seguir.

- 1) Capital: identificação de políticas públicas – multilaterais, bilaterais e nacionais –, com destaque para projetos de infraestrutura e investimento produtivo em desenvolvimento e/ou previstos nas regiões de fronteira, e a identificação de como a expansão da infraestrutura (transporte, energia e telecomunicações) e a intensificação das relações de troca poderiam redefinir a divisão regional do trabalho em regiões de fronteira.
- 2) Serviços: apreciação das políticas públicas multilaterais, bilaterais e nacionais para as regiões de fronteira do Brasil com os países fundadores do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a Bolívia, bem como dos respectivos marcos legais, enfatizando os casos de sucesso e de fracasso dessas políticas para regiões de fronteira em áreas como saúde, educação e serviços de telefonia, energia e transporte; e análise da eficácia de ações de controle fronteiriço voltadas para o setor sanitário, fluxos de comércio, entrada de armas e drogas.
- 3) Terra: avaliação de políticas públicas multilaterais, bilaterais e nacionais para as regiões de fronteira do Brasil com os países fundadores do Mercosul e a Bolívia, bem como dos respectivos marcos legais, com ênfase em dois tópicos: o papel dos assentamentos rurais implantados na zona de fronteira no contexto da ampliação das relações fronteiriças entre países vizinhos e a discussão sobre as diferentes políticas voltadas para a propriedade de terras em regiões de fronteira em cada um dos países.

- 4) Trabalho: consideração de políticas públicas multilaterais, bilaterais e nacionais para as regiões de fronteira do Brasil com os países fundadores do Mercosul e a Bolívia, bem como dos respectivos marcos legais, com ênfase na avaliação das principais dinâmicas do trabalho e dos fluxos migratórios em regiões de fronteira e a eficácia das políticas voltadas para estes temas.

## 1.2 Revisão da literatura

A sistemática do modo capitalista de produção tem por norte a ativação da acumulação de capital que se manifesta em termos de incremento do produto social. Esse objetivo é seguido pelos gestores públicos e pelos agentes privados, tendo-se em vista que o aumento do produto possui equivalência contábil com a majoração da renda de uma determinada sociedade, o qual pode refletir na melhoria da qualidade de vida e na ampliação do acesso a bens e serviços por parte do tecido social.

Em termos macroeconômicos, a variável investimento assume uma função ímpar no estímulo ao crescimento econômico, e isso decorre por dois aspectos. O primeiro se refere ao seu duplo caráter. Em um primeiro momento, o investimento expressa-se em aumento de demanda: a ampliação da capacidade produtiva exige contratação de mão de obra, aquisição de máquinas e ferramentas, edificação de prédios, pagamento de tributos e aquisição de insumos, ampliando, assim, o produto social. Em um segundo momento, o investimento representa a elevação da oferta de bens, uma vez que há acréscimo da capacidade produtiva, permitindo o incremento do produto.

A segunda razão pela qual a variável investimento associa-se ao dinamismo econômico está relacionada com sua oscilação. A alternância das expectativas dos agentes econômicos de acordo com os cenários conjunturais é determinante da decisão do investimento produtivo. Assim sendo, há bruscas flutuações na efetivação dos investimentos. Evidências dos negócios futuros e opiniões mercadológicas possuem capacidade de trazer ondas de otimismo ou de pessimismo, podendo alterar radicalmente a efetivação de investimentos. Essa alternância não encontra paralelo nos demais agregados da renda nacional, como nos gastos governamentais e no consumo das famílias.

Esses dois motivos tornam os investimentos produtivos cruciais para que haja um processo de crescimento econômico. Não por diferente motivo, os governos, em todas as esferas, visam atrair e ampliar o investimento das empresas.

### 1.2.1 Especificidade da fronteira

O termo fronteira não surgiu com a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. O significado da palavra implica aquilo

que sua etimologia sugere – o que está na frente. Na antiguidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas de começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir (Machado, 1998). Essa ideia é corroborada pelas palavras de Santos (2011, p. 5):

ela [a fronteira] se projeta como zona de comunicação e incorporação mútua entre o mundo externo e o interior, mas, simultaneamente, dá ganho de causa ao segundo sobre o primeiro, representadas aí todas as forças expansionistas das sociedades dinâmicas de fronteira.

Na concepção moderna, a fronteira pode ser entendida como o invólucro contínuo do Estado, pois ela designa uma descontinuidade política, o limite jurídico da soberania e da competência territorial. Além de possuírem um caráter defensivo e de reivindicação territorial, as zonas de fronteira constituem lugares de junção onde se defrontam as áreas culturais de Estados vizinhos (Brasil, 2005).

Nos dias de hoje, o desenvolvimento da faixa de fronteira configura-se em uma importante diretriz da política nacional e internacional brasileira. Apesar de estratégica para a integração sul-americana, essa região se apresenta como pouco desenvolvida economicamente, marcada pela dificuldade de acesso aos bens e aos serviços públicos, além de ser historicamente abandonada pelo Estado por falta de coesão social, problemas de segurança pública e precárias condições de cidadania (Rio Grande do Sul, 2012).

### 1.2.2 Investimento produtivo e infraestrutura

A fim de alcançar os objetivos do projeto, caracterizou-se investimento produtivo e oferta de infraestrutura da forma elucidada a seguir.

#### QUADRO 1

##### Definições dos elementos centrais

Investimento produtivo	Oferta de infraestrutura
Corresponde aos recursos aplicados numa atividade produtiva, que provocam, de um lado, o aumento da oferta de produtos e/ou serviços finais, e, de outro, a expansão no consumo de insumos, diretos ou indiretos (máquinas, equipamentos, mão de obra, matérias-primas).	Representa a quantidade e a qualidade disponível de instalações físicas necessárias às atividades socioeconômicas (geração e distribuição de energia elétrica, oferta de serviços de transporte, rede de telecomunicações etc.).
Para avaliar o nível de investimento produtivo presente na região de fronteira, consideraram-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>● ingressos de novas empresas;</li> <li>● ampliações da capacidade produtiva de empresas já existentes; e</li> <li>● fechamento e realocização de empresas.</li> </ul>	Para analisar a oferta de infraestrutura na região de fronteira, examinaram-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>● serviços de transporte (terrestre, fluvial, ferroviário, aeroviário e obras especiais);</li> <li>● serviços de energia elétrica (geração e transmissão);</li> <li>● serviços de telecomunicações (sistemas de transmissão de telefonia fixa e móvel, acesso à banda larga e canais de rádio e televisão); e</li> <li>● gestão pública e privada dos serviços.</li> </ul>

Elaboração dos autores.

### 1.3 Metodologia de pesquisa

O estudo proposto baseou-se numa pesquisa quantitativa e qualitativa e foi estruturado em três etapas. Na primeira, buscou-se, a partir de uma pesquisa bibliográfica, focar os elementos particulares das regiões de faixa de fronteira, com



o intuito de conhecer a realidade e os principais desafios para o desenvolvimento socioeconômico dessa região. Além disso, foi iniciado um levantamento mais pontual acerca dos principais projetos de infraestrutura previstos na Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa), bem como aqueles programados no âmbito dos programas de aceleração do crescimento (PACs 1 e 2).

Na primeira etapa, também foi elaborada uma proposta amostral, com a finalidade de identificar aqueles municípios mais relevantes especialmente para a execução da segunda etapa da pesquisa, que previa a aplicação de questionário dirigido a atores locais – representantes tanto da esfera pública como da privada –, bem como visitas a campo. Nessa ocasião, foram selecionadas 26 municipalidades, sendo dez no Rio Grande do Sul, oito no Paraná, cinco no Mato Grosso do Sul e três no Mato Grosso.<sup>5</sup>

Ainda durante a primeira fase, foram coletadas informações obtidas por bancos de dados secundários de instituições de pesquisa – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE-RS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e do cadastro nacional da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE). No final desta etapa, foi elaborado o segundo relatório parcial, no qual foi apresentada uma análise socioeconômica da região.

Em razão da antecipação do encerramento do projeto, a segunda e a terceira etapas não foram executadas. A segunda etapa, de orientação mais qualitativa, previa a aplicação dos questionários com atores locais. A maioria deles receberia o instrumento por meio eletrônico, e uma pequena parte seria entrevistada presencialmente, durante a pesquisa de campo. Finalmente, na terceira etapa da pesquisa, seriam analisados e confrontados os três conjuntos de informações – dados secundários, questionários e pesquisa de campo –, com o objetivo de responder às questões centrais da pesquisa.

### 1.3.1 Seleção da amostra dos municípios

O ponto de partida da seleção dos municípios foi a tipologia seguida pelo Ministério da Integração Nacional, que classifica os municípios situados na região de fronteira em três categorias. São elas:

- cidades gêmeas: representam os municípios cuja sede é contígua à sede de outro município do país vizinho;
- linha de fronteira: compreende as municipalidades que são contíguas a outro país, porém sua sede administrativa (prefeitura municipal) está distante do limite da fronteira; e
- faixa de fronteira: reúne os municípios com área total ou parcial localizada na faixa interna de 150 km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional.

5. Para mais detalhes, ver Sperotto, Carneiro Filho e Cruz (2012).

Considerando os estados analisados – Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul –, a região de fronteira é constituída por 407 municípios. Destes, 18 são cidades gêmeas (4,4%), 44 são municípios lindeiros (10,8%) e 345 são municipalidades situadas dentro do limite de 150 km da faixa de fronteira (84,8%).

A distribuição desses municípios por estado é bastante distinta. No estado do Mato Grosso, 19,1% do total dos municípios localiza-se dentro do limite de 150 km. Uma particularidade desse estado é a ausência de cidades gêmeas. Além disso, possui quatro municípios lindeiros e 23 municípios de faixa de fronteira, que representam 2,8% e 16,3% respectivamente em relação ao total de municípios mato-grossenses. O Mato Grosso do Sul possui 44 municípios na faixa de 150 km de fronteira. Eles representam, entretanto, 56,4% do total dos municípios desse estado, que possui ainda cinco cidades gêmeas e sete municipalidades lindeiras à fronteira internacional brasileira.

Os estados da região Sul – Paraná e Rio Grande do Sul – são os que possuem mais municipalidades na faixa de 150 km de fronteira: 139 (34,8% sobre o total de municípios) e 197 (39,7% sobre o total de municípios), respectivamente. O Paraná possui três cidades gêmeas, quatorze municípios na linha de fronteira e 122 na faixa de fronteira. Isso representa, no total dos municípios paranaenses, 0,8%, 3,5% e 30,6%, respectivamente. Cabe destacar que no Paraná encontra-se a maior cidade gêmea brasileira, Foz do Iguaçu, que possui 256.088 habitantes, segundo dados de 2010.

Entre os estados analisados, o Rio Grande do Sul é o que possui o maior número de municípios dentro da faixa de fronteira de 150 km: 197 municipalidades (39,7%). Pontualmente, há dez cidades gêmeas, ou seja, mais da metade das cidades gêmeas analisadas é gaúcha, o que representa, no total dos municípios do estado, 2%; dezenove municípios lindeiros (3,8% do total); e 168 municipalidades na faixa de fronteira (33,9%).

TABELA 1

**Número de municípios segundo o critério de localização em relação à fronteira internacional (2009)**

Estados	Cidades gêmeas (a)	Linha de fronteira (b)	Faixa de fronteira (c)	Total de faixa de 150 km (a) + (b) + (c)	Total de municípios
Mato Grosso	0	4	23	27	141
Mato Grosso do Sul	5	7	32	44	78
Paraná	3	14	122	139	399
Rio Grande do Sul	10	19	168	197	496
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>44</b>	<b>345</b>	<b>407</b>	<b>1.114</b>

Fonte: Brasil (2009).  
Elaboração dos autores.

Vale destacar que o principal fator considerado na delimitação desse primeiro grupo de municípios da amostra foi a proximidade com a fronteira. Nesse sentido, foram privilegiados os municípios de cidades gêmeas e lindeiros, porque, nestes,

as relações de troca com os países vizinhos tendem a interferir mais na dinâmica socioeconômica da região.

A segunda etapa da amostra avaliou conjuntamente duas variáveis, que estão intimamente ligadas à promoção do investimento e da oferta de infraestrutura, que foram:

- a participação do produto interno bruto (PIB) do município no PIB total do estado; e
- a variação da população entre 1991, 2000 e 2010.

Assim, no caso da participação do PIB, foram selecionados os municípios com as maiores participações na economia do estado, enquanto no caso da população verificou-se tanto os municípios que ganharam população como os que perderam. Ademais, foram previamente selecionados os municípios com mais de 10 mil habitantes.

Cruzando a tendência dessas duas variáveis, as municipalidades selecionadas, por estado, segundo o tipo de localização na faixa de fronteira, foram as listadas a seguir (e podem ser vistas também no mapa 1).

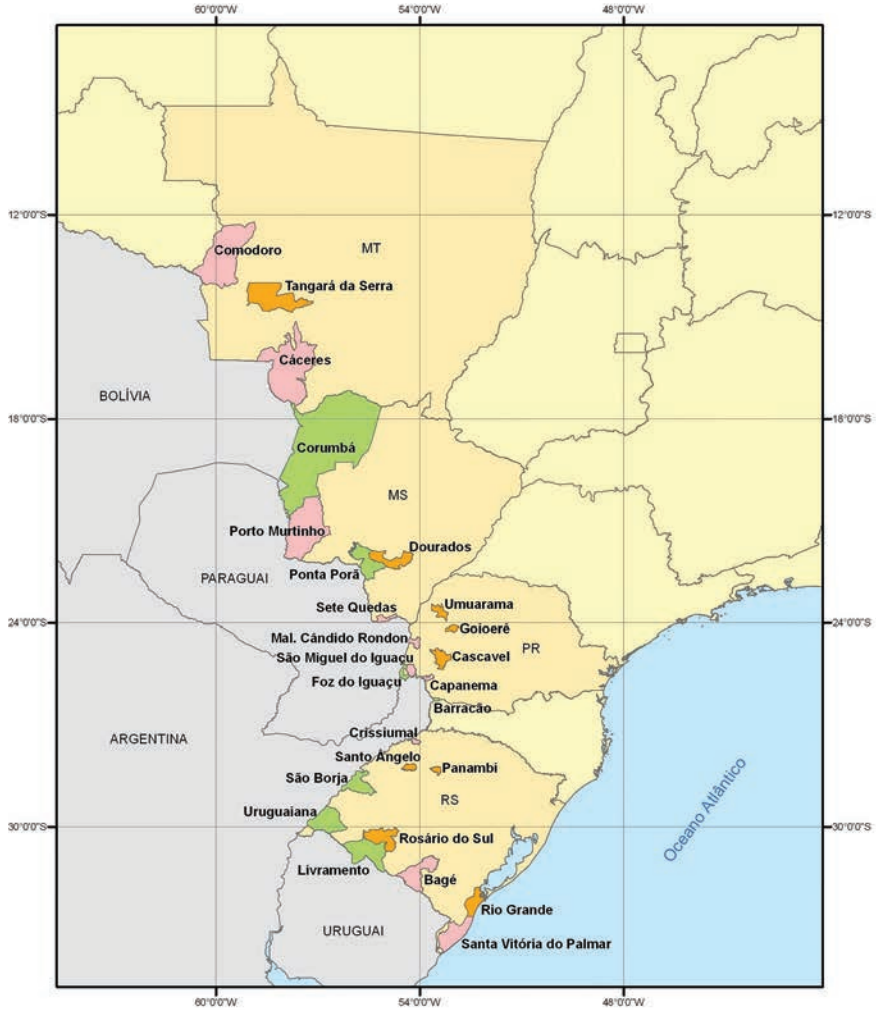
- 1) Cidades gêmeas:
  - a) Mato Grosso do Sul: Corumbá e Ponta Porá;
  - b) Paraná: Foz do Iguaçu e Barracão;<sup>6</sup> e
  - c) Rio Grande do Sul: Uruguaiana, São Borja e Santana do Livramento.
- 2) Municípios de linha de fronteira:
  - a) Mato Grosso: Cáceres e Comodoro;
  - b) Mato Grosso do Sul: Porto Murtinho e Sete Quedas;
  - c) Paraná: Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu e Capanema; e
  - d) Rio Grande do Sul: Bagé, Santa Vitória do Palmar e Crissiumal.
- 3) Municípios de faixa de fronteira:
  - a) Mato Grosso: Tangará da Serra;
  - b) Mato Grosso do Sul: Dourados;
  - c) Paraná: Cascavel, Umuarama e Goioerê; e
  - d) Rio Grande do Sul: Rio Grande, Santo Ângelo, Rosário do Sul e Panambi.

---

6. Embora o município de Barracão, em 2010, tenha tido população inferior a 10 mil habitantes (9.735), optou-se por selecioná-lo, em vista do decréscimo populacional sofrido entre 1991 e 2010 e de sua localização na tríplice fronteira.

MAPA 1

Municípios selecionados na amostra, segundo tipo de localização na faixa de fronteira (2012)



- Cidades gêmeas
- Municípios em linha de fronteira
- Municípios em faixa de fronteira
- Estados analisados (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul)
- Brasil



Escala: 0 75 150 300 Km

Elaboração dos autores.

## 2 ESTRUTURA ECONÔMICO-PRODUTIVA DAS CIDADES SELECIONADAS NA AMOSTRA

A Constituição brasileira designa que a área de 150 km contígua ao limite internacional constitui a faixa de fronteira, um território considerado de segurança nacional, gerido pela Lei nº 6.634/1979 e pelo Decreto nº 85.064/1980. O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), de responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, trabalha com a sub-regionalização da faixa de fronteira brasileira em três diferentes arcos: Norte, Central e Sul<sup>7</sup> (Brasil, 2009).

As informações apresentadas seguem a tipologia utilizada pelo ministério, que classifica os municípios situados na região de fronteira em três categorias: cidades gêmeas, linha de fronteira e faixa de fronteira. Ademais, assumem-se os termos região de fronteira e região fronteiriça para designar a área formada por essas três categorias de municípios.

Esta seção tem o objetivo de analisar os aspectos da estrutura econômico-produtiva, particularmente a participação da produção de cada município no produto total do seu respectivo estado, bem como a composição da produção segundo os grandes setores econômicos (primário, secundário e terciário). As informações apresentadas foram coletadas nos *sites* do IBGE e da FEE-RS (FEE Dados).

A fim de identificar a posição relativa das cidades selecionadas na produção econômica do seu respectivo estado, a exposição a seguir adotou o recorte por estado, dando ênfase aos anos 2000 e 2010. Primeiramente, cabe elencar algumas características gerais identificadas a partir de dados secundários dos estados analisados.

Os estados pesquisados integram dois grupos distintos economicamente (tabela 2). De um lado, estão os estados da região Sul – Paraná e Rio Grande do Sul –, que ocupam, respectivamente, o quinto e o quarto lugar na classificação geral do PIB dos estados brasileiros, em 2010. Juntos, representam 10,7% do total de riqueza gerada no país. Ambas as estruturas econômicas se destacam pelo produto gerado no setor industrial e de serviços.

Do outro lado, encontram-se os estados da região Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estes, em 2010, foram responsáveis pela geração de 2,8% da produção total brasileira e, na classificação dos estados brasileiros, ocuparam, nessa ordem, o 15º e o 17º lugares. Em sua estrutura econômica, ganham ênfase as atividades do setor primário (como pecuária e plantio de grãos).

---

7. O Arco Norte reúne a região de fronteira dos estados Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre. O Arco Central contempla a região fronteiriça dos estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Finalmente, o Arco Sul abrange Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

TABELA 2  
**Brasil: PIB, classificação e participação das Unidades da Federação (UFs) selecionadas**

Estados	2000			2010		
	Classificação	Valor (R\$ mil)	%	Classificação	Valor (R\$ mil)	%
São Paulo	1ª	370.818.992	33,7	1ª	1.084.353.490	28,8
Rio de Janeiro	2ª	137.876.531	12,5	2ª	353.878.136	9,4
Minas Gerais	3ª	106.168.725	9,6	3ª	287.054.748	7,6
Rio Grande do Sul	4ª	85.137.543	7,7	4ª	215.863.879	5,7
Paraná	5ª	65.968.713	6,0	5ª	189.991.949	5,0
Bahia	6ª	48.197.174	4,4	6ª	137.074.671	3,6
Santa Catarina	7ª	42.428.004	3,9	7ª	129.806.256	3,4
Distrito Federal	8ª	29.587.137	2,7	8ª	131.487.268	3,5
Goiás	10ª	21.665.356	2,0	9ª	85.615.344	2,3
Pernambuco	9ª	29.126.796	2,6	10ª	78.428.308	2,1
Mato Grosso	13ª	13.428.289	1,2	15ª	59.599.990	1,6
Mato Grosso do Sul	14ª	11.861.168	1,1	17ª	43.514.207	1,2
<b>Brasil</b>		<b>1.101.254.907</b>	<b>100,0</b>		<b>3.770.084.872</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores.

Ao analisar o período de 2000 a 2010, foi constatado que houve uma redução na participação nos estados da região Sul, embora a posição entre os demais estados brasileiros tenha permanecido a mesma. Nos estados da região Centro-Oeste, ainda que a posição tenha piorado, a participação no produto total do país aumentou.

Para analisar as informações de PIB *per capita*, estabeleceu-se um *ranking* e classificaram-se os valores em quatro categorias, com base nas informações de 2010: *i)* PIB *per capita* elevado, acima de R\$ 30 mil; *ii)* PIB *per capita* médio-alto, entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil; *iii)* PIB *per capita* médio-baixo, entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil; e *iv)* PIB *per capita* baixo, inferior a R\$ 10 mil.

Os quatro estados analisados estão no grupo dos dez maiores PIBs *per capita* estaduais brasileiros. Conforme os dados de 2010 (tabela 3), o maior montante gerado por habitante ocorreu no Distrito Federal, de R\$ 58.489,46.

Para os dados de 2010, entre os estados pesquisados, o maior valor foi o do Rio Grande do Sul (quinto no *ranking* nacional), de R\$ 23.606,36. O Paraná é, entre as UFs aqui analisadas, o segundo melhor posicionado, com a geração de um PIB *per capita* de R\$ 20.813,98 (sétima posição no país). Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, respectivamente, oitavo e décimo na posição nacional, apresentam um PIB *per capita* abaixo da média nacional: R\$ 19.644,09 e R\$ 17.765,68, nessa ordem. Na comparação com 2000, a classificação dos estados alterou-se, para pior, no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso do Sul, que caíram

uma posição. Em oposição, Mato Grosso subiu duas posições, passando de oitavo para décimo; e o estado do Paraná manteve-se na mesma colocação, em sétimo lugar.

TABELA 3  
Brasil: classificação do PIB *per capita* nas UFs selecionadas

Estados	2000		2010	
	Classificação	Valor (R\$)	Classificação	Valor (R\$)
Distrito Federal	1ª	14.223,54	1ª	58.489,46
São Paulo	2ª	9.919,39	2ª	30.243,17
Rio de Janeiro	3ª	9.513,09	3ª	25.455,38
Santa Catarina	5ª	7.844,18	4ª	24.398,42
Rio Grande do Sul	4ª	8.301,71	5ª	23.606,36
Espírito Santo	6ª	6.880,34	6ª	23.378,74
Paraná	7ª	6.846,56	7ª	20.813,98
Mato Grosso	10ª	5.296,94	8ª	19.644,09
Minas Gerais	8ª	5.888,46	9ª	17.931,89
Mato Grosso do Sul	9ª	5.655,76	10ª	17.765,68
<b>Brasil</b>		<b>6.886,28</b>		<b>19.766,33</b>

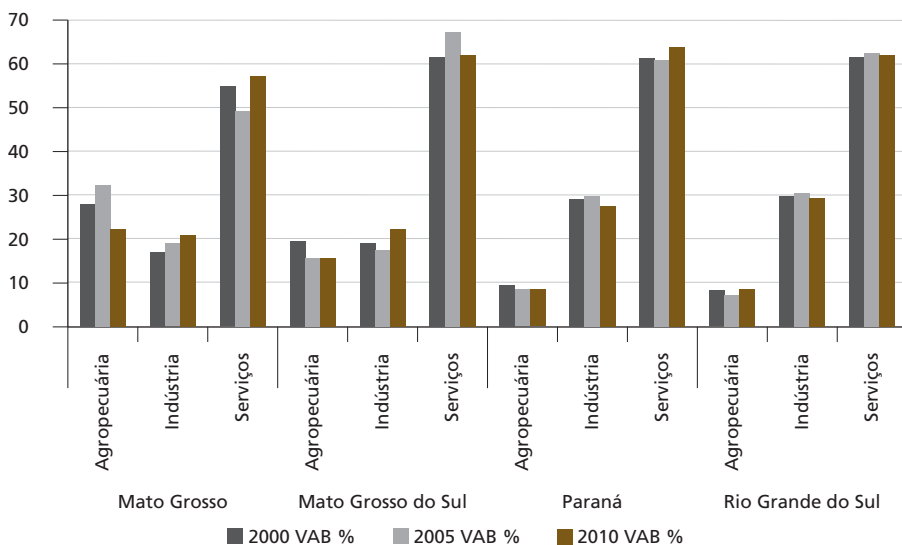
Fonte: IBGE e FEE Dados.  
Elaboração dos autores.

Outra forma de captar as características econômicas de uma localidade (país, estado ou município) é analisar a estrutura econômica a partir da variável do valor adicionado bruto (VAB). O VAB corresponde à diferença entre o valor bruto da produção, a preços do produtor, e o consumo intermediário, a preços de mercado. Essa variável pode ser segmentada por grandes setores econômicos, como agropecuária, indústria e serviços.

A estrutura econômico-produtiva dos quatro estados, segundo a composição setorial do VAB, é nitidamente diferenciada (gráfico 1 e tabela 4). Conforme salientado anteriormente, nos estados da região Centro-Oeste – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – verifica-se que o VAB das atividades de agropecuária representa mais de 10% do VAB total. Nos estados da região Sul – Paraná e Rio Grande do Sul –, o VAB do setor da agropecuária é inferior a 10% do VAB total, ao passo que o VAB da indústria supera os 25% do VAB total. O VAB do setor de serviços, em todos os quatro estados, representa mais da metade do VAB total.

No tocante às mudanças ocorridas ao longo da década passada (2000-2010), observou-se que, nos estados da região Sul, ocorreu uma retração relativa do VAB industrial maior no Paraná que no Rio Grande do Sul. Nos estados da região Centro-Oeste, as variações foram mais relevantes. Em ambos os estados, houve um aumento da participação do VAB industrial no VAB total, em detrimento do VAB da agropecuária, revelando uma tendência de industrialização na economia dos dois estados.

GRÁFICO 1  
Composição do VAB segundo setores econômicos  
(Em %)



Fonte: IBGE e FEE Dados.  
Elaboração dos autores.

TABELA 4  
VAB total segundo grandes setores econômicos  
(Em R\$ milhões)

Estados	2000				2010			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
Mato Grosso	3.670	2.223	7.251	<b>13.145</b>	11.728	10.921	30.375	<b>53.025</b>
Mato Grosso do Sul	1.965	1.894	6.210	<b>10.069</b>	5.844	8.377	23.601	<b>37.821</b>
Paraná	5.493	17.727	37.361	<b>60.582</b>	15.871	51.411	119.981	<b>187.263</b>
Rio Grande do Sul	5.983	21.433	44.456	<b>71.873</b>	19.027	63.989	136.032	<b>219.048</b>

Fonte: IBGE e FEE Dados.  
Elaboração dos autores.

## 2.1 Mato Grosso

O estado do Mato Grosso não possui cidades gêmeas. As cidades selecionadas para a pesquisa foram Tangará da Serra (faixa de fronteira), Cáceres e Comodoro (linha de fronteira). Estas três cidades não estão entre aquelas com maior participação no PIB estadual.

Em 2010, o PIB do estado concentrou-se em apenas duas cidades (Cuiabá e Rondonópolis), que, juntas, produziram 27,1% da produção estadual (tabela 5).



O município com maior participação foi Cuiabá (18,54%). Em comparação a 2000, verifica-se uma tênue tendência de desconcentração da capital para outros municípios do estado.

TABELA 5  
Mato Grosso: PIB, classificação e participação no PIB total dos municípios selecionados

Discriminação	2000			2010		
	Classificação	Valor (R\$ mil)	%	Classificação	Valor (R\$ mil)	%
Cuiabá	1ª	3.489.312	23,46	1ª	11.051.628	18,54
Rondonópolis	3ª	922.586	6,20	2ª	5.094.937	8,55
Várzea Grande	2ª	958.648	6,45	3ª	3.449.445	5,79
Primavera do Leste	6ª	436.973	2,94	4ª	2.073.040	3,48
Sorriso	4ª	533.067	3,58	5ª	2.067.137	3,47
Sinop	5ª	501.486	3,37	6ª	2.011.403	3,37
Lucas do Rio Verde	10ª	300.316	2,02	7ª	1.651.886	2,77
Nova Mutum	15ª	217.257	1,46	8ª	1.425.972	2,39
Tangará da Serra	8ª	340.091	2,29	9ª	1.304.639	2,19
Sapezal	9ª	306.870	2,06	10ª	1.215.026	2,04
Cáceres	13ª	254.124	1,71	14ª	930.296	1,56
Comodoro	51ª	59.945	0,40	49ª	261.057	0,44
Linha de fronteira	-	392.202	2,60	-	1.571.520	2,60
Faixa de fronteira	-	1.636.117	10,63	-	6.072.858	10,19
Demais municípios	-	11.399.970	86,73	-	51.955.612	87,17
Mato Grosso	-	13.428.289	100,00	-	59.599.990	100,00

Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

No conjunto dos municípios de linha de fronteira, a participação no PIB total do estado foi de 2,6% em ambos os anos. No agrupamento de municípios de faixa de fronteira, a participação em 2010 foi de 10,19%, um pouco menor que a verificada em 2000.

Particularmente nas localidades da amostra, destaca-se a municipalidade de Tangará da Serra (faixa de fronteira), que foi um dos dez municípios com maior participação no PIB estadual. Em 2010, o PIB do município foi de R\$ 1.304.639,00 representando 2,19% do PIB total. Contudo, em comparação a 2000, houve um decréscimo na participação. O município de Cáceres (linha de fronteira) ocupou o 14º lugar no PIB de 2010, perdendo uma posição em relação a 2000, quando foi o 13º. A menor participação em situação de linha de fronteira foi observada na cidade de Comodoro, de 0,44%. Contudo, em relação a 2000, houve uma pequena melhora, permitindo que o município passasse de 51ª (2000) para 49ª (2010).

Para analisar o PIB *per capita* de 2000 e 2010, determinou-se um *ranking*, além da comparação com as médias estadual e nacional (tabela 6). O PIB *per capita* do estado do Mato Grosso, segundo os dados do IBGE, para 2010, foi de R\$ 19.644,09, valor um pouco menor que o PIB *per capita* do país, de R\$ 19.766,33 (2010). Três cidades no Mato Grosso destacaram-se por apresentar um PIB *per capita* acima de R\$ 70 mil, aproximadamente quatro vezes mais que a média estadual. Foram elas: *i*) Santa Rita do Trivelato (fora da região de fronteira), com população de 2.491 habitantes em 2010; *ii*) Campos de Júlio (faixa de fronteira), com população de 5.145 habitantes em 2010; e *iii*) Alto Araguaia (fora da região de fronteira), com população de 16.644 habitantes em 2010. Os três são municípios pequenos, com população máxima de 17 mil habitantes, que, ao longo da década (2000-2010), elevaram seu PIB a uma taxa superior àquela do crescimento populacional.

TABELA 6  
Mato Grosso: classificação e valor do PIB *per capita* dos municípios selecionados

Discriminação	2000		2010	
	Classificação	Valor (R\$)	Classificação	Valor (R\$)
Santa Rita do Trivelato	-	-	1ª	80.407,08
Campos de Júlio	1ª	39.237,65	2ª	78.780,92
Alto Araguaia	34ª	5.568,62	3ª	74.247,43
Sapezal	2ª	39.012,20	4ª	67.202,78
Alto Taquari	5ª	19.317,25	5ª	66.247,90
Itiquira	4ª	20.171,09	6ª	52.845,80
Ipiranga do Norte	-	-	7ª	48.650,43
Nova Mutum	11ª	14.661,70	8ª	45.078,61
Campo Novo do Parecis	3ª	20.512,08	9ª	41.564,63
Primavera do Leste	13ª	10.963,52	10ª	39.778,94
Cuiabá	20ª	7.219,08	36ª	20.044,67
Tangará da Serra	30ª	5.779,93	68ª	15.517,38
Comodoro	64ª	3.984,12	76ª	14.377,78
Cáceres	104ª	2.959,85	118ª	10.582,13
Linha de fronteira	-	3.174,08	-	11.937,65
Faixa de fronteira	-	5.307,05	-	17.328,28
Demais municípios	-	6.196,49	-	20.368,86
Mato Grosso	-	5.937,87	-	19.644,09
<b>Brasil</b>	-	<b>6.886,28</b>	-	<b>19.766,33</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os dados para os municípios de Santa Rita do Trivelato e Ipiranga do Norte não estavam disponíveis para o ano de 2000 em razão de suas recentes fundações, 1999 e 2000, respectivamente.

No total do estado, para 2010 constatou-se que: *i*) dezoito cidades geraram um PIB *per capita* elevado; *ii*) em dezenove municípios, o PIB *per capita* foi médio-alto; *iii*) em 87 cidades (a grande maioria, portanto), o PIB *per capita* foi médio-baixo; e *iv*) dezessete municípios apresentaram um PIB *per capita* baixo, inferior a R\$ 10 mil.

Considerando a região fronteira do Mato Grosso (composta por 27 municípios), apenas dois – Campos de Júlio e Sapezal – situados na faixa de fronteira obtiveram um PIB *per capita* acima de R\$ 30 mil. Na categoria PIB *per capita* médio-alto, também apenas dois municípios de faixa de fronteira – Indivaí e Lambari d'Oeste – alcançaram esse valor. A maior parte dos municípios (dezenove), de linha de fronteira e faixa de fronteira, situou-se no estrato de PIB *per capita* médio-baixo. Finalmente, quatro municipalidades de faixa de fronteira (Poconé, Barão de Melgaço, Curvelândia e Nossa Senhora do Livramento) obtiveram um PIB *per capita* baixo.

No conjunto de municípios da região de fronteira, observou-se que o PIB *per capita*, nos dois anos, é inferior à média do estado: R\$ 11.937,65 (linha de fronteira) e R\$ 17.328,28 (faixa de fronteira) contra R\$ 19.644,09 (estado), em 2010. Nos demais municípios mato-grossenses, o produto por habitante foi maior que as médias do estado e do país. Em 2010, esse valor supera inclusive o produto por habitante da capital Cuiabá.

No caso das cidades selecionadas – Tangará da Serra, Comodoro e Cáceres –, verificou-se que, em 2010, todas apresentaram um PIB *per capita* abaixo da média estadual e, conseqüentemente, da média nacional. Nas três municipalidades, o PIB *per capita* foi médio-baixo (entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil), porém, a localidade de Cáceres ficou em pior situação, com um PIB *per capita* de R\$ 10.582,13 em 2010.

Com o intuito de qualificar a análise do PIB, foram coletadas informações sobre o VAB, segundo os grandes setores da economia: agropecuária, indústria e serviços. No estado do Mato Grosso, o setor agropecuário ocupa uma posição relevante: 22,12% do VAB total do estado foram gerados no setor primário em 2010. Embora o setor com maior participação no VAB total seja o de serviços (57,29%), é pertinente frisar que, nas pequenas e médias localidades, ele normalmente exerce uma função de apoio às atividades agropecuárias e industriais. O setor industrial representou apenas 20,60% do VAB total (tabela 7).

Comparando essas informações com aquelas de 2000, verifica-se uma sutil alteração, que consagra uma representação maior tanto do VAB industrial quanto do de serviços, em detrimento do VAB da agropecuária.

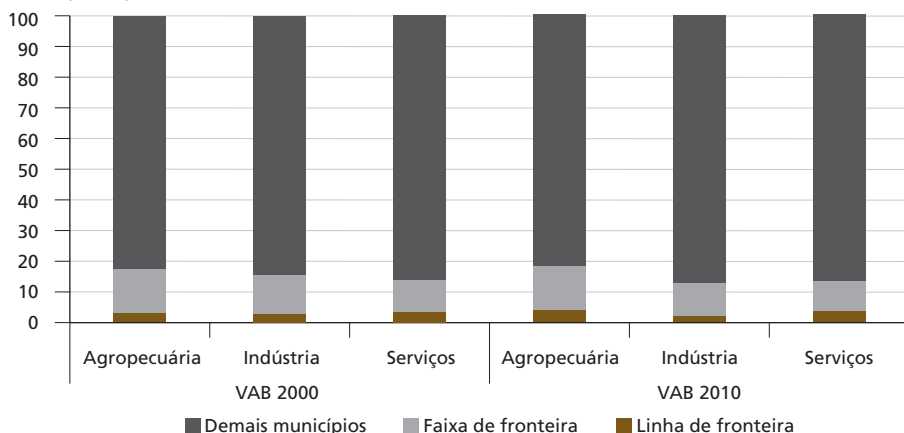
TABELA 7  
**Mato Grosso: composição do VAB, segundo setores econômicos, dos municípios selecionados**  
 (Em %)

Discriminação	2000			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Cáceres	18,83	19,39	61,79	20,43	13,21	66,36
Comodoro	30,16	13,67	56,16	28,98	11,03	59,99
Tangará da Serra	14,43	27,88	57,68	14,05	23,29	62,66
Linha de fronteira	27,44	15,87	56,70	29,14	12,80	58,06
Faixa de fronteira	33,75	17,79	48,45	27,92	19,65	52,43
Demais municípios	27,17	16,83	56,00	21,17	20,96	57,87
<b>Mato Grosso</b>	<b>27,92</b>	<b>16,91</b>	<b>55,17</b>	<b>22,12</b>	<b>20,60</b>	<b>57,29</b>

Fonte: IBGE.  
 Elaboração dos autores.

A avaliação do VAB total do estado do Mato Grosso, segundo o recorte de área – municípios dentro da região de fronteira e demais municípios –, indicou que a participação da região de fronteira é inferior a 20%, independentemente do setor econômico. O setor da agropecuária dessa região foi o que mais contribuiu para o VAB total do estado, e em contraponto, os demais municípios (fora da região de faixa de fronteira) possuem peso maior da produção industrial e da prestação de serviços (gráfico 2).

GRÁFICO 2  
**Mato Grosso: composição do VAB segundo setores econômicos**  
 (Em %)



Fonte: IBGE.  
 Elaboração dos autores.

Para captar o perfil das cidades da região de fronteira (todos os 27 municípios, de linha de fronteira e faixa de fronteira), agregou-se o VAB de cada um dos municípios, segundo o setor econômico. A composição e a correspondente evolução, no intervalo dos dez anos, revelaram dois comportamentos: as municipalidades em situação de faixa de fronteira seguiram a mesma tendência dos demais municípios e da média estadual, enquanto naquelas da linha de fronteira ocorreu um acréscimo da participação do VAB da agropecuária no VAB total.

Nas cidades da amostra, observaram-se situações variadas na formação do VAB. Em 2000, os três municípios tinham perfis bem definidos e diferentes. Em Tangará da Serra, o VAB industrial representava aproximadamente 30% do VAB total, enquanto as atividades da agropecuária não atingiam o patamar de 15%. Porém, em 2010, o valor referente à agropecuária permaneceu quase inalterado, ao passo que o VAB industrial se reduziu, em detrimento do acréscimo do de serviços. Apesar dessa redução, a indústria permaneceu ocupando a segunda posição no VAB total, e nos outros dois municípios da amostra, a participação do VAB do setor de serviços foi seguida pela do VAB da agropecuária.

## 2.2 Mato Grosso do Sul

Para o estado do Mato Grosso do Sul, as cidades selecionadas na pesquisa foram Corumbá e Ponta Porã (cidades gêmeas), Porto Murtinho e Sete Quedas (linha de fronteira) e Dourados (faixa de fronteira). No estado, 44 municipalidades situam-se na região de fronteira, sendo que, dessas, 5 são cidades gêmeas, 7 de linha de fronteira e 32 de faixa de fronteira.

No agregado da região de fronteira, constatou-se que, em 2010: *i*) as cidades gêmeas sul-mato-grossenses geraram em torno de 11% do PIB estadual; *ii*) o produto total dos municípios de linha de fronteira representou apenas 2,22% do PIB do estado; e *iii*) as 32 municipalidades de faixa de fronteira produziram 27,17% do PIB. É pertinente destacar que a região fronteiriça foi responsável por 40% do PIB do estado. Na comparação com 2000, houve um pequeno acréscimo, em consequência do aumento da participação das cidades gêmeas na produção total do estado, que passou de 8,88% para 10,99% (tabela 8).

No estado do Mato Grosso do Sul, praticamente um terço do PIB total foi gerado apenas na capital Campo Grande. Na amostra, sobressaem-se três cidades: *i*) Dourados, que ocupou o segundo lugar na produção total do estado e é responsável por 8,14% do PIB total; *ii*) Corumbá, que esteve na terceira posição e produz 7,47% do produto total sul-mato-grossense; e *iii*) Ponta Porã, quinto lugar na ordem estadual e produtor de 2,23% do total das riquezas do estado. Confrontadas essas informações com as do ano 2000, nota-se que as ordens de classificação desses três municípios permaneceram as mesmas, embora tenha havido uma considerável elevação na

participação de Corumbá no PIB do estado (entre 2000 e 2010, elevou-se cerca de 2,5 pontos percentuais – p.p.). As localidades de Porto Murtinho e Sete Quedas apresentaram participações bem mais modestas entre 2000 e 2010.

TABELA 8  
Mato Grosso do Sul: PIB, classificação e participação no PIB total dos municípios selecionados

Discriminação	2000			2010		
	Classificação	Valor (R\$ mil)	%	Classificação	Valor (R\$ mil)	%
Campo Grande	1ª	3.737.673	33,02	1ª	13.875.046	31,89
Dourados	2ª	1.023.107	9,04	2ª	3.543.858	8,14
Corumbá	3ª	562.655	4,97	3ª	3.248.681	7,47
Três Lagoas	4ª	407.345	3,60	4ª	2.821.909	6,49
Ponta Porã	5ª	304.498	2,69	5ª	968.521	2,23
Maracaju	8ª	220.824	1,95	6ª	906.438	2,08
Rio Brillhante	12ª	176.719	1,56	7ª	841.910	1,93
Naviraí	9ª	207.087	1,83	8ª	780.740	1,79
Nova Andradina	11ª	186.211	1,64	9ª	771.132	1,77
Sidrolândia	10ª	198.322	1,75	10ª	688.745	1,58
Porto Murtinho	40ª	58.543	0,52	29ª	255.650	0,59
Sete Quedas	60ª	29.295	0,26	62ª	105.335	0,24
Cidades gêmeas	-	1.005.260	8,88	-	4.784.056	10,99
Linha de fronteira	-	234.033	2,07	-	964.031	2,22
Faixa de fronteira	-	3.262.921	28,82	-	11.822.318	27,17
Demais municípios	-	6.818.169	60,23	-	25.943.802	59,62
<b>Mato Grosso do Sul</b>	-	<b>11.320.383</b>	<b>100,00</b>	-	<b>43.514.207</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

O dado de PIB *per capita* (2000 e 2010) foi analisado por meio da classificação estadual dos municípios e das médias das regiões fronteiriças, do estado e do país. Em Mato Grosso do Sul, o valor do PIB *per capita*, em 2010, foi de R\$ 17.765,68 (aproximadamente R\$ 1.500,00 mensais por habitante), enquanto a média brasileira foi de R\$ 19.766,33 (cerca de R\$ 1.650,00 mensais por habitante) (tabela 9).

As duas únicas cidades com PIB *per capita* elevado (superior a R\$ 30 mil) foram Chapadão do Sul (R\$ 34.715,60) e a cidade gêmea Corumbá (R\$ 31.305,95). Nas demais categorias de PIB *per capita* estão: *i*) São Gabriel do Oeste, Três Lagoas, Rio Brillhante, Costa Rica, Água Clara, Bataguassu, Laguna Carapá e Maracaju, cidades com PIB *per capita* médio-alto; *ii*) Dourados (faixa de fronteira), Porto Murtinho (linha de fronteira) e Ponta Porã (cidade gêmea), com PIB *per capita* médio-baixo; e *iii*) Sete Quedas (linha de fronteira), com produto total por habitante baixo.

TABELA 9  
Mato Grosso do Sul: classificação e valor do PIB *per capita* dos municípios selecionados

Discriminação	2000		2010	
	Classificação	Valor (R\$)	Classificação	Valor (R\$)
Chapadão do Sul	1ª	20.479,16	1ª	34.715,60
Corumbá	19ª	5.879,30	2ª	31.305,95
São Gabriel do Oeste	2ª	13.348,49	3ª	28.125,33
Três Lagoas	34ª	5.152,42	4ª	27.741,38
Rio Brilhante	11ª	7.805,61	5ª	27.471,19
Costa Rica	4ª	10.189,70	6ª	25.922,39
Água Clara	7ª	8.439,31	7ª	25.741,61
Bataguassu	32ª	5.199,30	8ª	24.630,92
Laguna Carapã	10ª	7.914,30	9ª	24.232,05
Maracaju	8ª	8.422,29	10ª	24.231,78
Dourados	16ª	6.202,57	18ª	18.074,64
Porto Murtinho	43ª	4.396,44	36ª	16.634,11
Ponta Porã	37ª	4.998,65	56ª	12.438,30
Sete Quedas	72ª	2.678,77	72ª	9.771,37
Cidades gêmeas	-	4.921,35	-	20.431,67
Linha de fronteira	-	3.699,72	-	13.425,87
Faixa de fronteira	-	4.993,22	-	15.386,75
Demais municípios	-	5.892,93	-	8.599,76
Mato Grosso do Sul	-	5.655,76	-	17.765,68
<b>Brasil</b>	-	<b>6.886,28</b>	-	<b>19.766,33</b>

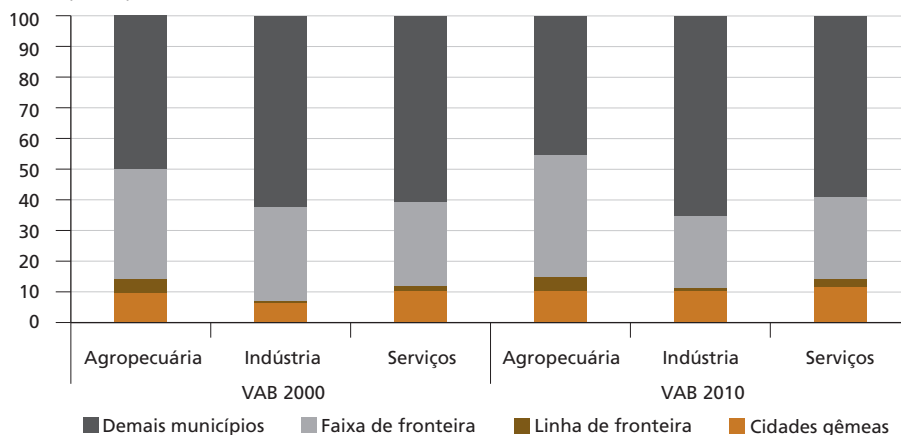
Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

Na região de fronteira, constatou-se que o PIB *per capita* das cidades gêmeas foi superior à média do estado, situando-se na categoria de PIB *per capita* médio-alto. Nas localidades de linha de fronteira e de faixa de fronteira, o PIB *per capita*, em 2000 e 2010, foi inferior ao produto médio do estado por habitante, encontrando-se as duas regiões na categoria de PIB *per capita* médio-baixo. Embora esses dois últimos grupos de municípios estejam abaixo da média, a situação dos municípios de fora da região de fronteira foi ainda pior: além de o PIB *per capita* ser baixo (R\$ 8.599,76, menos de R\$ 720,00 mensais), ele corresponde, aproximadamente, à metade da média do estado. Cabe ressaltar que essa piora ocorreu no ano de 2010, pois, em 2000, o PIB por habitante dessa região tinha valor próximo à média estadual.

Na análise do VAB (gráfico 3), admitindo, primeiramente, o agregado segundo região – cidades gêmeas, linha de fronteira e faixa de fronteira –, verificou-se que a região fronteira tem um peso relevante para o VAB total sul-mato-grossense.

GRÁFICO 3

**Mato Grosso do Sul: composição do VAB segundo setores econômicos**  
(Em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores.

Especialmente chama atenção a participação das cidades gêmeas. Ao todo, existem no estado cinco cidades gêmeas – Corumbá, Ponta Porá, Bela Vista, Mundo Novo e Paranhos –, e estas, em 2010, foram responsáveis por aproximadamente 10% do VAB da agropecuária, da indústria e dos serviços.

Observando a região fronteiriça total, comprovou-se que, em 2000, a metade do VAB da agropecuária sul-mato-grossense foi produzida nesta fronteira, sendo que, em 2010, ainda houve um pequeno acréscimo de 4 p.p. No caso do VAB industrial, a participação da região também foi significativa: em torno de 35%.

Nas municipalidades selecionadas – duas cidades gêmeas, duas de linha de fronteira e uma de faixa de fronteira –, a composição do VAB (ano-base 2010, tabela 10), pode ser caracterizada por três perfis: *i*) distribuição semelhante à média do estado (Ponta Porá); *ii*) predomínio das atividades de agropecuária (em Porto Murtinho); e *iii*) preponderância de serviços (Corumbá e, principalmente, Dourados).



TABELA 10

**Mato Grosso do Sul: composição do VAB, segundo setores econômicos, dos municípios selecionados**  
(Em %)

Discriminação	2000			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Corumbá	15,86	15,69	68,46	10,40	21,91	67,68
Dourados	8,80	23,06	68,14	5,83	21,30	72,87
Ponta Porã	26,11	10,70	63,19	19,78	15,99	64,23
Porto Murtinho	48,99	6,05	44,97	42,71	16,32	40,97
Sete Quedas	44,96	5,67	49,37	21,95	12,66	65,40
Cidades gêmeas	20,02	13,41	66,57	13,63	20,44	65,93
Linha de fronteira	45,61	5,87	48,52	33,09	10,32	56,59
Faixa de fronteira	23,79	19,15	57,06	21,91	18,70	59,39
Demais municípios	16,39	19,91	63,70	12,06	24,53	63,41
<b>Mato Grosso do Sul</b>	<b>19,52</b>	<b>18,81</b>	<b>61,67</b>	<b>15,45</b>	<b>22,15</b>	<b>62,40</b>

Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

### 2.3 Paraná

O estado do Paraná possui uma região de fronteira composta por 139 municípios, que representam 35% do total do estado. Integram esse grupo três cidades gêmeas, 14 de linha de fronteira e 122 de faixa de fronteira. As municipalidades selecionadas para a pesquisa foram Barracão e Foz do Iguaçu (cidades gêmeas), Capanema, Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu (linha de fronteira), e Cascavel, Goioerê e Umuarama (faixa de fronteira).

A cidade de Curitiba, capital paranaense, produziu 24,44% do PIB do estado, sendo a primeira colocada no *ranking* geral dos municípios, tanto em 2000 como em 2010 (tabela 11). A região fronteiriça produziu, em 2010, 19,26% do total da produção do Paraná. Em comparação com 2000, houve uma pequena redução de 1 p.p. A maior parcela da produção de R\$ 41,9 bilhões (ou R\$ 41.851 milhões) adveio dos municípios de faixa de fronteira (75% ou R\$ 31,4 bilhões, ou, ainda, R\$ 31.391 milhões). Os municípios de linha de fronteira foram os que menos contribuíram no produto total do estado: apenas 1,46% (2010) e 1,45% (2000). Finalmente, a produção total das cidades gêmeas representou, em 2010, 3,35% do total do produto paranaense.

TABELA 11  
Paraná: PIB, classificação e participação no PIB total dos municípios selecionados

Discriminação	2000			2010		
	Classificação	Valor (R\$ mil)	%	Classificação	Valor (R\$ mil)	%
Curitiba	1ª	16.391.052	23,71	1ª	53.106.497	24,44
São José dos Pinhais	3ª	3.685.026	5,33	2ª	13.690.888	6,30
Araucária	2ª	3.894.254	5,63	3ª	12.371.028	5,69
Londrina	4ª	3.673.324	5,31	4ª	9.936.563	4,57
Maringá	6ª	2.653.033	3,84	5ª	8.263.628	3,80
Paranaguá	7ª	2.186.961	3,16	6ª	7.200.842	3,31
Foz do Iguaçu	5ª	2.994.609	4,33	7ª	6.760.175	3,11
Ponta Grossa	8ª	1.955.108	2,83	8ª	5.925.947	2,73
Cascavel	9ª	1.541.944	2,23	9ª	5.190.870	2,39
Pinhais	11ª	804.145	1,16	10ª	4.493.030	2,07
Umuarama	19ª	501.816	0,73	21ª	1.375.392	0,63
Marechal Cândido Rondon	28ª	313.014	0,45	27ª	1.045.043	0,48
São Miguel do Iguaçu	52ª	163.259	0,24	53ª	520.112	0,24
Goioerê	55ª	146.093	0,21	65ª	390.020	0,18
Capanema	93ª	87.617	0,13	87ª	285.388	0,13
Barracão	235ª	30.454	0,04	201ª	119.373	0,05
Cidades gêmeas	-	3.155.942	4,57	-	7.288.245	3,35
Linha de fronteira	-	999.005	1,45	-	3.171.504	1,46
Faixa de fronteira	-	9.830.633	14,22	-	31.391.382	14,45
Demais municípios	-	55.145.169	79,77	-	175.438.546	80,74
<b>Paraná</b>	-	<b>69.130.749</b>	<b>100,00</b>	-	<b>217.289.677</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

Pontualmente, destaca-se a participação da cidade de Foz do Iguaçu. Embora, no *ranking* geral dos municípios paranaenses, tenha perdido duas posições entre 2000 e 2010 (de quinta passou para sétima), a cidade gerou, nos dois anos, mais de 93% do produto total das cidades gêmeas (em 2000, sua participação foi de 95%). Outra cidade da amostra com peso relevante no PIB estadual foi Cascavel: nos dois anos, foi a nona economia paranaense, gerando 2,23%, em 2000, e 2,39%, em 2010, do produto total do estado.

As demais cidades da amostra (a cidade gêmea Barracão; os municípios de linha de fronteira Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu e Capanema; e os de faixa de fronteira Umuarama e Goioerê) possuem participação pouco expressiva no PIB total do estado, somando, juntas, 1,71% do PIB total em 2010.

No estado do Paraná, o PIB *per capita*, em 2010, foi de R\$ 20.813,98, indicando uma riqueza média mensal por habitante no valor de R\$ 1.734,50, acima do valor nacional de R\$ 1.647,19 (ou R\$ 19.766,33 anual) (tabela 12).

TABELA 12  
Paraná: classificação e valor do PIB *per capita* dos municípios selecionados

Discriminação	2000		2010	
	Classificação	Valor (R\$)	Classificação	Valor (R\$)
Araucária	1ª	41.314,84	1ª	103.777,70
Saudade do Iguaçu	329ª	2.918,19	2ª	87.810,75
São José dos Pinhais	5ª	18.035,91	3ª	51.960,20
Paranaguá	6ª	17.174,32	4ª	51.269,79
Douradina	15ª	10.775,81	5ª	46.455,83
Carambeí	3ª	18.820,93	6ª	40.906,90
Pinhais	30ª	7.808,37	7ª	38.347,56
Santo Inácio	187ª	4.157,29	8ª	35.382,55
Indianópolis	169ª	4.516,38	9ª	35.197,26
Palotina	11ª	11.500,25	10ª	33.131,35
Curitiba	18ª	10.326,28	14ª	30.400,49
Foz do Iguaçu	10ª	11.582,63	19ª	26.398,58
Marechal Cândido Rondon	35ª	7.633,18	31ª	22.331,10
São Miguel do Iguaçu	56ª	6.682,18	44ª	20.194,59
Cascavel	69ª	6.284,18	70ª	18.138,99
Capanema	144ª	4.803,83	116ª	15.416,36
Umuarama	102ª	5.533,31	165ª	13.656,15
Goioerê	134ª	4.910,69	184ª	13.437,84
Barracão	284ª	3.284,87	225ª	12.259,78
Cidades gêmeas	-	10.644,96	-	24.578,69
Linha de fronteira	-	5.628,51	-	16.635,48
Faixa de fronteira	-	5.508,86	-	16.639,73
Demais municípios	-	7.548,98	-	21.737,39
<b>Paraná</b>	-	<b>6.846,56</b>	-	<b>20.813,98</b>
<b>Brasil</b>	-	<b>6.886,28</b>	-	<b>19.766,33</b>

Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

No estado, 14 cidades possuem um PIB *per capita* anual acima dos R\$ 30 mil, sendo que duas superam os R\$ 80 mil (Araucária e Saudade do Iguaçu). No caso de Saudade do Iguaçu, que apresentou um aumento extremamente elevado entre 2000 e 2010, esclarece-se que este é um município pequeno (com 5.028 habitantes em

2010) e que teve um aumento importante no seu PIB a partir de 2008, elevando sua participação de 0,02% (em 2007) para 0,18% (em 2008).

No total da região de fronteira, observou-se que a maior média de PIB *per capita* encontra-se nas cidades gêmeas (R\$ 24.578,69). Esse valor supera as médias do estado e do país. Nos municípios de linha e faixa de fronteira, a riqueza *per capita* por habitante gerada é inferior, ainda que próxima, às médias paranaense e brasileira: R\$ 16.635,48 e R\$ 16.639,73, respectivamente.

Nas municipalidades amostradas, verificou-se o maior PIB *per capita* em Foz do Iguaçu, R\$ 26.398,58, na faixa de PIB *per capita* médio-alto. Também nesse mesmo estrato, encontram-se as cidades de Marechal Cândido Rondon e São Miguel do Iguaçu. No agrupamento imediatamente inferior – PIB *per capita* médio-baixo – encontram-se os restantes dos municípios, sendo que o menor montante foi verificado em Barracão, R\$ 12.259,78, correspondente a um produto mensal por habitante de R\$ 1.021,65.

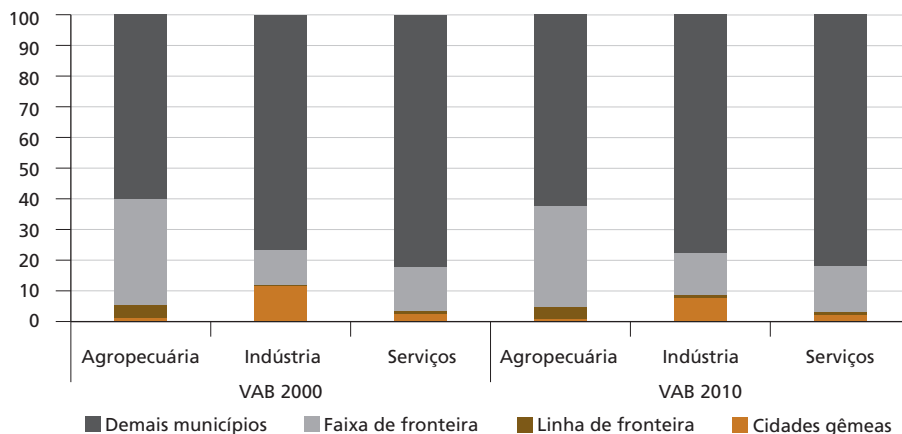
Comparando a classificação dos municípios da amostra de 2000 e 2010, viu-se que Marechal Cândido Rondon, São Miguel do Iguaçu, Capanema e Barracão melhoraram suas posições no quadro total dos municípios, ao passo que Foz do Iguaçu, Umuarama e Goioerê pioraram.

A composição do VAB paranaense (gráfico 4) indicou que as cidades gêmeas possuem uma importante participação nos setores da indústria e de serviços. Contudo, é válido ressaltar que essa participação foi principalmente influenciada pela cidade de Foz do Iguaçu. Em 2010, a produção industrial desse município representou 62,5% do seu VAB total, 34,0% do VAB industrial do conjunto dos municípios pertencentes à faixa de 150 km e 7,6% do VAB industrial paranaense. Nas municipalidades de linha de fronteira e, principalmente, de faixa de fronteira, destacou-se a participação no VAB da agropecuária.

Quanto às alterações da participação entre 2000 e 2010, notou-se que as cidades gêmeas diminuíram sua participação no VAB industrial e de serviços, e, em oposição, houve um aumento da participação das cidades de faixa de fronteira no VAB industrial. Entretanto, todas as três regiões da fronteira diminuíram sua participação no VAB de serviços. Cabe comentar que as cidades de linha de fronteira foram aquelas que menos contribuíram para geração do VAB nos três setores, e sua participação no VAB estadual permaneceu praticamente inalterada.

GRÁFICO 4

Paraná: composição do VAB segundo setores econômicos (Em %)



Fonte: IBGE.  
Elaboração dos autores.

Os dados do VAB na região analisada (tabela 13) sinalizaram que a estrutura econômica dos municípios difere muito. Foi possível identificar três quadros: no primeiro deles, formado pelos municípios de Barracão, Capanema e São Miguel do Iguçu, o VAB do setor agropecuário tem um peso significativo, sendo o segundo mais importante depois do VAB de serviços, com participação acima de 20% no VAB total. No segundo, que inclui as localidades de Cascavel e Umuarama, o VAB do setor de serviços superou os 70% do VAB total, e o segundo setor em importância foi o industrial, porém com participação inferior a 20%. A atividade primária é pouco expressiva nesses municípios, tendo uma participação inferior a 7%. Finalmente, o terceiro quadro retrata o caso particular de Foz do Iguçu, em que o VAB industrial superou 60% do VAB total, e o VAB do setor primário foi inferior a 0,5%.

Em síntese, a fronteira paranaense configura-se pela presença de municípios com vocações econômicas diversas. Nas cidades gêmeas, o VAB industrial foi o principal gerador de riquezas e nas municipalidades de linha de fronteira, a principal posição foi dada pelos serviços, sendo que o setor primário participou em mais de 20%. No entanto, entre 2000 e 2010 houve um aumento do setor industrial, elevando a participação para 20,7%. Nos municípios de faixa de fronteira, o maior montante do VAB adveio do setor serviços, o VAB da indústria superou os 20%, e o VAB da agropecuária foi inferior a 18%.

TABELA 13

**Paraná: composição do VAB, segundo setores econômicos, dos municípios selecionados (Em %)**

Discriminação	2000			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Barracão	22,41	9,97	67,62	20,61	13,09	66,29
Capanema	28,42	17,01	54,57	24,57	24,37	51,06
Cascavel	6,17	18,93	74,90	4,00	18,94	77,06
Foz do Iguaçu	0,25	69,87	29,88	0,31	62,55	37,14
Goioerê	14,76	19,11	66,12	12,83	15,79	71,38
Marechal Cândido Rondon	16,49	20,11	63,40	12,80	30,23	56,97
São Miguel do Iguaçu	30,33	7,61	62,06	21,01	15,51	63,48
Umuarama	3,83	12,98	83,20	4,92	19,59	75,49
Cidades gêmeas	1,39	66,98	31,63	1,62	59,23	39,14
Linha de fronteira	27,97	13,08	58,95	22,40	20,70	56,90
Faixa de fronteira	20,97	21,40	57,62	17,87	23,80	58,32
Demais municípios	6,91	28,67	64,42	6,68	26,86	66,46
<b>Paraná</b>	<b>9,07</b>	<b>29,26</b>	<b>61,67</b>	<b>8,48</b>	<b>27,45</b>	<b>64,07</b>

Fonte: IBGE.

Elaboração dos autores.

## 2.4 Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, entre os estados dos arcos Sul e Central, é o que mais agrega municípios na região de fronteira: 197 municipalidades ou 40% do total dos municípios gaúchos.

A capital do estado foi o município com maior participação no PIB estadual – em 2010, produziu 17,05% do total da produção do estado (tabela 14). Quatro outros municípios da região metropolitana – Canoas, Gravataí, Triunfo e Novo Hamburgo – responderam por 13,78% do PIB do estado em 2010. Agregando a participação desses municípios à da capital, chega-se ao montante de 30,87% do PIB rio-grandense. Os demais municípios com os maiores PIBs estão espalhados nas regiões nordeste (Caxias do Sul), central (Santa Cruz do Sul), noroeste (Passo Fundo) e sul (Rio Grande e Pelotas) do estado.

Na região de fronteira, sobressaem-se os municípios de Rio Grande (4<sup>o</sup> na classificação estadual), Pelotas (9<sup>o</sup>), Uruguaiana (16<sup>o</sup>) e Erechim (17<sup>o</sup>), que, juntos, responderam por 7% do PIB estadual de 2010.

Toda a região de fronteira produziu, em 2010, 23,7% do PIB total gaúcho. Comparando com 2000, a participação da produção da região em questão permaneceu praticamente a mesma. Por agrupar o maior número de municípios,

entre os grupos, o montante mais expressivo da produção, R\$ 48,6 bilhões (19,26%), foi gerado nos municípios de faixa de fronteira.

TABELA 14  
Rio Grande do Sul: PIB, classificação e participação no PIB total dos municípios

Discriminação	2000			2010		
	Classificação	Valor (R\$ mil)	%	Classificação	Valor (R\$ mil)	%
Porto Alegre	1ª	16.510.641	20,18	1ª	43.038.100	17,05
Canoas	2ª	4.841.352	5,92	2ª	16.547.966	6,55
Caxias do Sul	3ª	4.342.501	5,31	3ª	15.692.359	6,22
Rio Grande	6ª	1.850.177	2,26	4ª	7.737.855	3,06
Gravataí	8ª	1.506.423	1,84	5ª	7.081.795	2,80
Triunfo	4ª	2.523.056	3,08	6ª	5.777.746	2,29
Novo Hamburgo	5ª	2.205.845	2,70	7ª	5.395.053	2,14
Santa Cruz do Sul	10ª	1.408.950	1,72	8ª	4.810.913	1,91
Pelotas	7ª	1.682.792	2,06	9ª	4.564.464	1,81
Passo Fundo	9ª	1.436.416	1,76	10ª	4.551.198	1,80
Uruguaiana	19ª	706.576	0,86	16ª	2.646.214	1,05
Bagé	23ª	583.964	0,71	31ª	1.430.888	0,57
São Borja	45ª	331.955	0,41	32ª	1.342.380	0,53
Santo Ângelo	37ª	400.838	0,49	36ª	1.264.801	0,50
Santana do Livramento	39ª	395.206	0,48	40ª	1.010.022	0,40
Panambi	55ª	268.622	0,33	43ª	999.966	0,40
Rosário do Sul	77ª	168.122	0,21	67ª	597.381	0,24
Santa Vitória do Palmar	72ª	178.227	0,22	77ª	533.668	0,21
Crissiumal	129ª	74.338	0,09	152ª	197.313	0,08
Cidades gêmeas	-	2.079.783	2,54	-	7.174.038	2,84
Linha de fronteira	-	1.360.155	1,66	-	3.996.861	1,58
Faixa de fronteira	-	14.537.186	17,77	-	48.634.259	19,26
Demais municípios	-	63.837.590	78,03	-	192.677.439	76,31
<b>Rio Grande do Sul</b>	-	<b>81.814.714</b>	<b>100,00</b>	-	<b>252.482.597</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FEE Dados.  
Elaboração dos autores.

No estado, existem dez cidades gêmeas que fazem fronteira com Uruguai e Argentina. Em 2010, essas cidades produziram 2,84% do PIB do Rio Grande do Sul, três décimos a mais do produzido em 2000. A principal delas é Uruguaiana (que faz fronteira com a cidade argentina Paso de Los Libres), um município com mais de 100 mil habitantes, que, em 2010, gerou 1,05% do total da produção rio-grandense (ocupando a 16ª posição no *ranking* estadual). Além de Uruguaiana, destacam-se também os municípios de Santana do Livramento (fronteira com a cidade de Rivera, no Uruguai) e São Borja (fronteira com a cidade de Santo Tomás, na Argentina).

A linha de fronteira rio-grandense é formada por dezenove municípios. Em 2010, eles produziram 1,58% do PIB do estado, e na comparação com 2000, ocorreu uma pequena redução de 0,8 p.p. Os dois municípios mais importantes da região são Bagé (31º lugar no *ranking* estadual), um dos municípios da amostra, e Dom Pedrito (55º).

A faixa de fronteira gaúcha é formada por 168 municipalidades (34% do total dos municípios gaúchos), e esses municípios, em 2010, responderam por, aproximadamente, 20% do total da produção do estado. Nessa faixa, além dos municípios de Rio Grande e Pelotas (faixa de fronteira com Uruguai) e Erechim (faixa de fronteira com Argentina), anteriormente citados, destacam-se também as cidades de Ijuí (23º no *ranking* estadual), Cruz Alta (25º) e Santa Rosa (27º), todas na região de faixa de fronteira com a Argentina.

Para avaliar o PIB *per capita*, de 2000 e 2010, considerou-se a classificação dos dez municípios com PIB *per capita* mais elevado (incluindo os municípios da amostra), bem como as médias estadual e nacional (tabela 15).

TABELA 15

**Rio Grande do Sul: classificação e valor do PIB *per capita* dos municípios selecionados**

Discriminação	2000		2010	
	Classificação	Valor (R\$)	Classificação	Valor (R\$)
Triunfo	1ª	112.435,64	1ª	223.848,22
Pinhal da Serra	-	-	2ª	76.834,61
Muitos Capões	6ª	15.557,91	3ª	72.353,72
Garruchos	287ª	4.673,97	4ª	68.672,25
Aratiba	29ª	10.768,59	5ª	59.575,17
Canoas	5ª	15.694,42	6ª	51.070,03
Nova Araçá	75ª	7.971,36	7ª	44.722,68
Nova Bassano	7ª	14.936,49	8ª	43.602,39
Entre Rios do Sul	50ª	9.065,82	9ª	42.752,42
Capão Bonito do Sul	-	-	10ª	41.472,70
Rio Grande	41ª	9.869,87	13ª	39.228,07
Porto Alegre	21ª	12.072,54	41ª	30.524,80
Panambi	69ª	8.184,95	79ª	26.267,90
São Borja	230ª	5.097,20	141ª	21.769,97
Uruguaiana	190ª	5.530,45	151ª	21.084,19
Santa Vitória do Palmar	208ª	5.330,06	245ª	17.213,98
Santo Ângelo	218ª	5.202,99	263ª	16.575,82
Rosário do Sul	360ª	4.090,95	317ª	15.028,07
Crissiumal	254ª	4.949,63	349ª	14.008,76

(Continua)



(Continuação)

Discriminação	2000		2010	
	Classificação	Valor (R\$)	Classificação	Valor (R\$)
Bagé	260 <sup>a</sup>	4.888,48	420 <sup>o</sup>	12.251,59
Santana do Livramento	338 <sup>a</sup>	4.317,59	422 <sup>a</sup>	12.240,76
Cidades gêmeas	-	5.241,92	-	18.703,72
Linha de fronteira	-	4.797,01	-	14.932,33
Faixa de fronteira	-	5.846,05	-	19.692,94
Demais municípios	-	9.092,60	-	25.442,44
<b>Rio Grande do Sul</b>	-	<b>8.301,71</b>	-	<b>23.606,36</b>
<b>Brasil</b>	-	<b>6.886,28</b>	-	<b>19.766,33</b>

Fonte: FEE Dados.

Elaboração dos autores.

Obs.: Os dados para os municípios de Capão Bonito do Sul e Pinhal da Serra não estavam disponíveis para o ano de 2000 em razão de suas recentes fundações, 2001 e 2000, respectivamente.

O PIB *per capita* do Rio Grande do Sul, de acordo com o FEE Dados, em 2010, foi de R\$ 23.606,36. Esse valor foi superior à média nacional (R\$ 19.766,33) e às médias dos demais estados analisados. Semelhante ao Paraná, o PIB *per capita* no Rio Grande do Sul encontra-se no estrato médio-alto (entre R\$ 20 mil e R\$ 30 mil anuais por habitante).

A cidade gaúcha com o PIB *per capita* mais elevado foi a cidade de Triunfo (R\$ 223.848,22). Cabe esclarecer que, nesse município, localiza-se o Polo Petroquímico do Sul, que eleva significativamente o PIB gerado no município. Ademais, essa posição é reforçada pelo tamanho do município, que, em 2010, possuía 25.793 habitantes. Outros municípios com situação semelhante são: Pinhal da Serra, Muitos Capões, Garruchos e Aratiba. No caso destes, identificou-se uma redução significativa da população concomitantemente a um aumento no PIB entre 2000 e 2010.

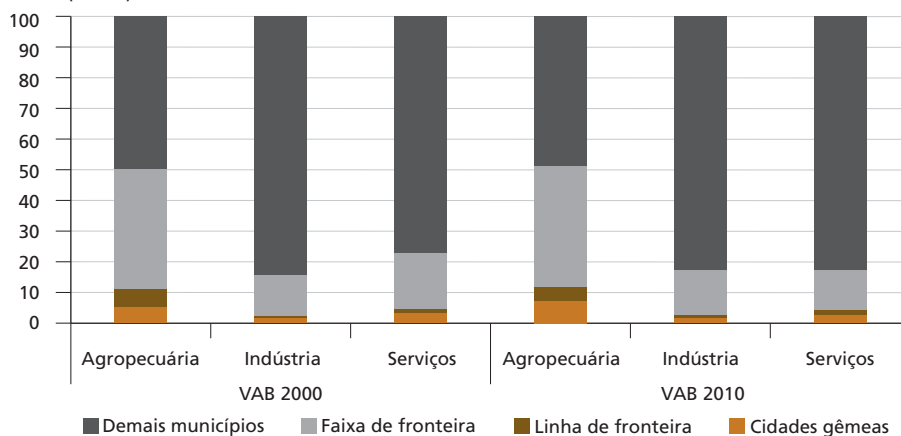
Na região de fronteira, constatou-se que o PIB *per capita*, nas três categorias (cidades gêmeas, linha de fronteira e faixa de fronteira), foi inferior às médias do estado e do país. Dos municípios da amostra, apenas Rio Grande obteve um PIB por habitante acima das médias do Brasil e do estado: R\$ 39.228,07 (classificação como PIB *per capita* alto). São Borja e Uruguaiana (ambas cidades gêmeas) geraram um PIB por habitante médio-alto, superior à média brasileira, mas inferior à média rio-grandense. A cidade gêmea de Santana do Livramento, entre as amostradas, foi aquela que gerou o menor valor por habitante, R\$ 12.240,76, em 2010.

A composição do VAB gaúcho (gráfico 5 e tabela 16), segundo a região (fora e de dentro da região de fronteira), revela a importante participação dos municípios fronteiriços na geração do produto da agropecuária. Em 2000, a participação desses

municípios no VAB do setor foi de 49,30%. Em 2010, houve um acréscimo para 51,02%, ou seja, mais da metade do produto agropecuário do Rio Grande do Sul foi produzido na região fronteira, e os municípios que mais contribuíram para essa porcentagem foram aqueles situados na faixa de fronteira. De um modo geral, entre 2000 e 2010, muito pouco da estrutura do VAB se alterou nos municípios da região de fronteira.

GRÁFICO 5

**Rio Grande do Sul: composição do VAB segundo setores econômicos (2000 e 2010)**  
(Em %)



Fonte: FEE Dados.

Elaboração dos autores.

TABELA 16

**Rio Grande do Sul: composição do VAB, segundo setores econômicos, dos municípios selecionados**  
(Em %)

Discriminação	2000			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Bagé	9,10	15,88	75,02	8,75	14,77	76,49
Crissiumal	38,33	12,00	49,68	26,53	19,76	53,71
Panambi	9,55	31,56	58,89	6,04	39,36	54,60
Rio Grande	2,39	36,68	60,94	3,00	35,19	61,81
Rosário do Sul	27,74	10,73	61,53	25,83	16,20	57,97
Santa Vitória do Palmar	38,08	8,97	52,95	42,24	11,37	46,39
Santana do Livramento	13,79	10,77	75,44	18,81	9,23	71,96
Santo Ângelo	5,83	13,62	80,55	6,28	20,00	73,72
São Borja	15,64	22,30	62,06	20,11	20,81	59,08

(Continua)

(Continuação)

Discriminação	2000			2010		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Uruguiana	10,76	21,51	67,73	19,13	13,66	67,21
Cidades gêmeas	17,94	20,19	61,87	18,48	20,80	60,72
Linha de fronteira	25,59	13,08	61,33	26,62	15,46	57,92
Faixa de fronteira	17,40	21,30	61,30	17,07	21,93	61,00
Demais municípios	5,47	32,68	61,85	5,60	31,86	62,54
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>8,33</b>	<b>29,82</b>	<b>61,85</b>	<b>8,69</b>	<b>29,21</b>	<b>62,10</b>

Fonte: FEE Dados.  
Elaboração dos autores.

Nas cidades amostradas de Crissiumal, Rosário do Sul e Santa Vitória do Palmar, o VAB do setor da agropecuária foi superior a 25% do VAB total do município. Contudo, na comparação com 2000, houve um decréscimo dessa participação em Crissiumal e Rosário do Sul. Em Santa Vitória do Palmar, a participação elevou-se para 42,24%.

Nos municípios de Rio Grande e Panambi, chama atenção a participação do VAB industrial, 35,19% e 39,36%, respectivamente. O município de Rio Grande vem recebendo, nos últimos anos, fortes investimentos na área portuária, ao passo que Panambi vem se tornando um importante polo industrial de máquinas e equipamentos agrícolas.

As localidades de Bagé, Santana do Livramento e Santo Ângelo possuem um setor de serviços com participação no VAB municipal acima de 70%. Todos os três configuram-se como importantes polos de prestação de serviços para o seu entorno.

## 2.5 Indicadores de emprego formal, segundo a classe de atividade econômica<sup>8</sup>

Esta subseção apresenta informações referentes ao número de empregos formais e estabelecimentos, colhidas na Rais, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae) 1.0.<sup>9</sup> Foram levadas em conta as dez classes de atividades econômicas mais importantes nos municípios da amostra, preponderantemente relacionadas aos setores primário e secundário.<sup>10</sup> O objetivo

8. A análise mais detalhada dessas informações encontra-se no relatório parcial de março de 2013.

9. A Cnae é aplicada a todos os agentes econômicos que estão engajados na produção de bens e serviços, podendo compreender estabelecimentos de empresas privadas ou públicas. Resulta de um trabalho conjunto das três esferas de governo, elaborado sob a coordenação da Secretaria da Receita Federal e a orientação técnica do IBGE. A opção pela classificação Cnae 1.0 ocorreu em virtude da escolha do período de 10 anos (2002 e 2011) para análise, uma vez que os dados das classes da Cnae 2.0, por municípios, estavam disponíveis apenas para anos posteriores a 2004.

10. Cabe ressaltar que, em números absolutos, as classes com número mais expressivo de postos de trabalho formais são aquelas vinculadas à administração pública (direta e indireta) e aos serviços e comércio.

dessa escolha foi mapear as atividades dos setores mencionados, a fim de identificar os principais produtos e serviços da região, bem como realçar as empresas que investiram e exercem atividades nesse local. A conformação desse mapeamento serviria, no segundo momento da pesquisa, para seleção, elaboração e aplicação de um questionário dirigido aos empresários locais, com o intuito de investigar em que medida a localização em uma região fronteiriça é um fator favorável ou desfavorável para o investimento produtivo. As classes de atividade econômica escolhidas, por estado, são apresentadas no quadro 2.

#### QUADRO 2

##### Classes Cnae 1.0 selecionadas de acordo com o total de empregos formais nos municípios da amostra

<b>Mato Grosso</b>	
Classes	Ordem/denominação da classe
01.41-4	1ª Criação de bovinos
15.11-3	2ª Abate de reses, preparação de produtos de carne
15.12-1	3ª Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne
01.15-5	4ª Cultivo de soja
20.10-9	5ª Desdobramento de madeira
02.11-9	6ª Silvicultura
28.12-6	7ª Fabricação de esquadrias de metal
26.41-7	8ª Fabricação de produtos cerâmicos não refratários para uso estrutural na construção civil
19.10-0	9ª Curtimento e outras preparações de couro
26.30-1	10ª Fabricação de artefatos de concreto
<b>Mato Grosso do Sul</b>	
Classes	Ordem/denominação da classe
01.41-4	1ª Criação de bovinos
24.29-5	2ª Fabricação de produtos químicos orgânicos
15.11-3	3ª Abate de reses, preparação de produtos de carne
15.12-1	4ª Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne
13.10-2	5ª Extração de minério de ferro
01.15-5	6ª Cultivo de soja
28.11-8	7ª Fabricação de estruturas metálicas
01.11-2	8ª Cultivo de cereais para grãos
26.30-1	9ª Fabricação de artefatos de concreto
15.56-3	10ª Fabricação de rações para animais

(Continua)

(Continuação)

<b>Paraná</b>	
Classes	Ordem/denominação da classe
15.12-1	1ª Abate de aves e outros pequenos animais e preparação de produtos de carne
18.12-0	2ª Confeção de peças do vestuário
34.32-0	3ª Fabricação de carrocerias para ônibus
36.11-0	4ª Fabricação de móveis com predominância de madeira
01.45-7	5ª Criação de aves
15.11-3	6ª Abate de reses, preparação de produtos de carne
29.31-9	7ª Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura
01.61-9	8ª Atividades de serviços relacionadas com a agricultura
15.51-2	9ª Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
26.30-1	10ª Fabricação de artefatos de concreto
<b>Rio Grande do Sul</b>	
Classes	Ordem/denominação da classe
01.11-2	1ª Cultivo de cereais para grãos
29.31-9	2ª Fabricação de máquinas e equipamentos para agricultura
01.41-4	3ª Criação de bovinos
35.11-4	4ª Construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes
15.11-3	5ª Abate de reses, preparação de produtos de carne
15.51-2	6ª Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz
15.14-8	7ª Preservação e preparação do pescado
24.13-9	8ª Fabricação de fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos
27.51-0	9ª Fabricação de peças fundidas de ferro e aço
29.23-8	10ª Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas

Fonte: Rais, 2013.

Elaboração dos autores.

Conforme apontaram os dados de VAB, a análise dos números de emprego formal e estabelecimentos dos 26 municípios da amostra (quadro 2) ratificou o peso do setor primário (pecuária e agricultura) na economia da região de fronteira dos arcos Sul – Rio Grande do Sul e Paraná – e Central – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nesses dois últimos estados, a criação de bovinos e o abate de animais, vinculados ao setor primário, são as classes de atividade econômica que possuem o maior contingente de empregos formais nos municípios da amostra. Cabe salientar que, no Mato Grosso do Sul, também foram significativos os empregos gerados na fabricação de produtos químicos e na extração mineral.

Nos municípios selecionados do Paraná, as atividades econômicas que geraram o maior número de empregos formais foram a criação e o abate de aves e outros pequenos animais, e a fabricação de produtos de carne – ambas agropecuárias.

No setor industrial, destacaram-se os empregos gerados nos setores de confecção de vestuário e fabricação de móveis, equipamentos para ônibus e máquinas agrícolas.

Por sua vez, no Rio Grande do Sul, o cultivo de cereais para grãos foi a atividade que mais empregou, seguida pela criação e abate de animais. Aquela atividade integra a importante cadeia produtiva do agronegócio, na qual se sobressaem também os empregos secundários gerados na produção de máquinas agrícolas. Cabe aqui ressaltar também os empregos ofertados no polo naval de Rio Grande.

Em síntese, os estados onde se localizam os municípios da amostra possuem características particulares que os diferenciam entre si, o que sugere, portanto, uma análise mais particularizada. Por exemplo, ao longo da região de fronteira do Brasil, ao lado das atividades relacionadas à pecuária e à agricultura, existem algumas classes de atividade econômica que marcam determinadas regiões e que merecem ser destacadas, tais como: *i*) a construção de embarcações em Rio Grande; *ii*) a indústria calçadista de Crissiumal; *iii*) a indústria metal/mecânica de Panambi; *iv*) a geração de energia elétrica em Foz do Iguaçu; *v*) a fabricação de carrocerias de ônibus em Cascavel; *vi*) a indústria química de Dourados; e *vii*) a mineração e a siderurgia em Corumbá. Essas classes de atividade econômica são responsáveis por um grande número de empregos formais.

### **3 INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTO PRODUTIVO NA FRONTEIRA RIO-GRANDENSE**

Esta seção do capítulo dedica-se aos investimentos produtivos e em infraestrutura – nos setores de energia, transportes, telecomunicações e produção industrial – realizados nos municípios da faixa de fronteira apenas do Rio Grande do Sul, em 2012 e 2013. Conforme será observado, no conjunto de investimentos selecionados, alguns se encontram no estágio de execução, enquanto outros estão em fase de projeto.

A fim de caracterizar melhor a região, optou-se por dividir a fronteira gaúcha em duas áreas: a fronteira Brasil e Argentina e a fronteira Brasil e Uruguai. Foram incluídas informações de outros municípios situados na faixa de fronteira, além daqueles previamente selecionados, apresentados anteriormente no mapa 1, e no mapa 2 são destacadas as principais rodovias de fluxo de movimentação de mercadorias e pessoas no Rio Grande do Sul.

Em termos socioeconômicos, os municípios da faixa de fronteira próximos ao Uruguai possuem características distintas daqueles próximos à Argentina. Enquanto na região vizinha ao Uruguai a indústria é pouco relevante – sustentada basicamente pelas indústrias de processamento de produtos animais e vegetais – e o setor mais importante é a pecuária, na fronteira com a Argentina destacam-se a produção agrícola e o setor de máquinas e equipamentos ligados a este.

MAPA 2

Rio Grande do Sul: infraestrutura da faixa de fronteira (2013)



Legenda

- Rios principais
- Rodovias
- Brasil



Escala:



Elaboração dos autores.

### 3.1 Região de fronteira Brasil e Argentina

De toda a extensão da fronteira brasileira, o trecho que o país partilha com a Argentina é o mais populoso, o de maior nível de desenvolvimento econômico e o com maior número de equipamentos instalados (rodovias, aeroportos, hidrelétricas etc.), além de possuir um grande potencial turístico (histórico e ecológico) (Rio Grande do Sul, 2012). Estas características podem ser aproveitadas em políticas de governo como elementos facilitadores do processo de integração do subcontinente.

O processo mencionado, que tem na Iirsa e na União de Nações Sul-Americanas (Unasul) suas principais iniciativas, tem muitos de seus acordos materializados nos territórios fronteiriços dos países participantes. Particularmente, o estado do Rio Grande do Sul e as províncias de Misiones e Corrientes possuem papel-chave, constituindo o cenário das ações de atores territoriais de diversas escalas (Rückert e Grasland, 2012). A seguir, são listados os principais investimentos nos segmentos de energia, transporte e produção.

### 3.1.1 Energia

No âmbito dos investimentos em geração de energia, a faixa de fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina vem se caracterizando, nos últimos dois anos, pela diversificação de empreendimentos, com projetos de termelétricas (a gás e a biocombustíveis) e hidrelétricas, além do investimento na rede de distribuição.

Em 2012, a Secretaria da Infraestrutura e Logística do Rio Grande do Sul (Seinfra) confirmou o apoio do governo do Rio Grande do Sul ao projeto de melhoria na distribuição de energia para a região de São Miguel das Missões. À época, a expectativa do governador Tarso Genro era de que o projeto fosse concluído até novembro de 2013, conclusão essa estimada em R\$ 10 milhões. Em março de 2013, representantes da população de São Miguel das Missões reuniram-se em uma audiência pública na Universidade Regional Integrada (URI) para discutir os avanços que a ampliação da subestação de energia elétrica da Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia das Missões (Cermissoes) irá trazer aos produtores da região.<sup>11</sup>

Na fronteira oeste, a população de Uruguaiana vive um momento de expectativa em relação aos investimentos em produção de energia. Após retomar as atividades em fevereiro de 2013, e interrompê-las novamente ao final de março, a termelétrica AES Uruguaiana poderá voltar, em breve, a gerar energia. No entanto, ao invés de enviar sua produção para o Brasil, como aconteceu da última vez, o destino da energia da usina será a Argentina. A reativação e funcionamento da termelétrica aguarda o tratado definitivo entre os governos brasileiro e argentino, que ainda está sendo negociado. Uma das propostas sugeridas é de que a estrutura abasteça, futuramente, por sete meses (abril a outubro), a Argentina e, por cinco meses (novembro a março), o Brasil (Klein, 2013).

Em fevereiro de 2013, a AES Uruguaiana retomou oficialmente a operação comercial após quase quatro anos de inatividade. A usina tem capacidade instalada de 639 MW, e sua retomada foi possível graças à importação de gás natural liquefeito (GNL) de Trinidad e Tobago pela Petrobras. O gás era entregue no terminal de regaseificação de Bahía Blanca, na Argentina, e chegava ao Brasil por meio de um

11. Disponível em: <[http://www.cermissoes.com.br/index.php?origem=ver\\_noticia.php&id=201](http://www.cermissoes.com.br/index.php?origem=ver_noticia.php&id=201)>.



gasoduto que vai até a cidade de Uruguaiana. As negociações para a reativação da usina iniciaram em 2012 junto ao Ministério das Minas e Energia (MME), em conjunto com AES Uruguaiana, Petrobras, Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), Transportadora Sulbrasileira de Gás (TSB) e o Operador Nacional do Sistema (ONS). Cerca de R\$ 17 milhões foram investidos para a retomada de suas atividades.

FIGURA 1  
Usina Termelétrica de São Borja



Fonte: Planeta Arroz. Disponível em: <[http://planetaarroz.com.br/site/noticias\\_detalle.php?idNoticia=11345](http://planetaarroz.com.br/site/noticias_detalle.php?idNoticia=11345)>.

No âmbito das novas tecnologias, destaca-se a casca do arroz, que é utilizada na Usina Termelétrica de São Borja, inaugurada em maio de 2012, cuja capacidade de geração é de 85 mil megawatts ao ano, com consumo de cerca de 100 mil toneladas de casca nesse período. De acordo com o presidente da Agência de Desenvolvimento de São Borja (ADSB), José Francisco Rangel, a unidade termelétrica irá gerar o equivalente para o abastecimento de uma cidade de 200 mil habitantes.

Pertencente à companhia alemã MPC Bionergie Brasilien, a Usina Termelétrica de São Borja custou R\$ 60 milhões, gerando energia suficiente para abastecer uma cidade de 80 mil habitantes. A planta foi projetada para consumir 96 mil toneladas de casca de arroz por ano, material que não possuía valor econômico e, até então, era descartado em lixões. A empresa francesa

Dalkia, operadora da usina, recebe a matéria-prima de pequenos agricultores da região. No período da pesquisa, projetos de instalação de usinas termelétricas alimentadas com casca de arroz nos municípios de Itaqui e Pelotas estavam em processo de elaboração (São Borja, 2012).

Em 2013, no município de Itaqui, foi prevista a construção de uma usina nos mesmos moldes da de São Borja. Na ocasião, a Usina Termelétrica Itaqui Geradora de Energia Elétrica S.A., com custo estimado em R\$ 65 milhões, previa a geração de 12,3 MWh de energia e queima de 96 mil toneladas por ano de casca de arroz, fornecidas pelas empresas Camil e Josapar. A energia produzida será comercializada por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e as cinzas produzidas em função da queima da casca de arroz serão utilizadas nas indústrias de borracha, cimento e fertilizantes. Atualmente, as obras da termelétrica, que será construída em uma área de 11 ha, adquirida pela MPC Bionergie Brasilien, encontram-se na fase de terraplanagem (Barbosa, 2012). No final de 2015, a capacidade de geração de energia da usina foi elevado para 18 MWh, com previsão de queima de 140 mil toneladas de casca de arroz, e com essa ampliação, o investimento previsto passou para R\$ 208 milhões, e a sua construção teria início em 2016 (Barbosa, 2015).

No âmbito da energia hidrelétrica, a Eletrobras, em parceria com a empresa argentina *Emprendimientos Energéticos Binacionales S.A. (Ebisa)*, vem desenvolvendo estudos e projetos para a instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira do Brasil (Rio Grande do Sul) com a Argentina (províncias de Misiones e Corrientes). No seio do PAC 2, estão previstas as construções das usinas de Garabi e Panambi. As estruturas, quando concluídas, terão capacidade instalada somada de 2.200 MW e poderão desalojar até 12,6 mil pessoas. A construção da usina de Panambi demandará US\$ 2,47 bilhões de investimentos, enquanto a previsão para a usina de Garabi é de investimentos na ordem de US\$ 2,73 bilhões.<sup>12</sup>

De acordo com o levantamento, os investimentos previstos na área de energia totalizam R\$ 11,284 bilhões (tabela 17). Desses, destacam-se as construções das usinas de Panambi e Garabi (98% do montante previsto).

---

12. Disponível em: <[http://www.iirsa.org/proyectos/detalle\\_proyecto.aspx?h=313](http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=313)>. Acesso em: 5 jun. 2013.

TABELA 17  
**Rio Grande do Sul: principais investimentos em energia na fronteira Brasil-Argentina (2013)**  
 (Em R\$)<sup>1</sup>

Municípios	Principais investimentos	Valor estimado
Alecrim	Panamby	5.294.360.000
Garruchos	Garabi	5.837.920.000
São Miguel das Missões	Cermissões	10.000.000
São Borja	Usina Termelétrica de São Borja	60.000.000
Itaqui	Usina Termelétrica de Itaqui	65.000.000
Uruguaiana	AES Uruguaiana	17.000.000
<b>Total</b>		<b>11.284.280.000</b>

Fonte: Barbosa (2012); São Borja (2012); Iirsa, disponível em: <[http://www.iirsa.org/proyectos/detalle\\_proyecto.aspx?h=313](http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=313)>; PAC 2/Ministério do Planejamento, disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/47735>>; Cermissões, disponível em: <<http://www.cermissoes.com.br/index.php?origem=conteudo.php&id=201>>.

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Valores baseados na cotação do dólar de julho de 2013.

### 3.1.2 Transporte

No âmbito dos investimentos no setor de transportes, no período da coleta de dados desta pesquisa, averiguou-se a existência de projetos de infraestrutura rodoviária, como a construção de uma nova ponte sobre o rio Uruguai, a reforma e ampliação de aeroportos e a recuperação e duplicação de rodovias. De 2012 a 2014, o maior volume de recursos foi anunciado pelo governo federal, através de iniciativas como a Iirsa e o PAC 2;<sup>13</sup> no entanto, também existem alguns investimentos por parte do governo estadual e de governos municipais.

A Iirsa contempla projetos de infraestrutura que poderão contribuir para a melhoria do sistema de transporte entre o Brasil e a Argentina, analisando, com especial consideração, a viabilidade de novas conexões sobre o rio Uruguai nas seguintes localidades (no Brasil e na Argentina, respectivamente): Itaqui e Alvear; Porto Mauá e Alba Posse; e Porto Xavier e San Javier. O custo total do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (Evtea) da nova ponte entre os dois países é de 500 mil dólares, valor a ser compartilhado em partes iguais entre os governos brasileiro e argentino, de acordo com dados da Iirsa.

Ainda no âmbito das obras de infraestrutura rodoviária da Iirsa, está em vigor a segunda etapa do Programa de Contratos de Recuperação e Manutenção Rodoviária (Programa Crema), que engloba intervenções no entroncamento da BR-153, no Rio Grande do Sul – de Bagé até a fronteira Brasil-Argentina, em Uruguaiana (km 316,8 até o km 724,8). Na época da pesquisa, estavam em etapa de

13. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/obra/47735>>.

elaboração, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), os projetos de engenharia para obras de restauração do pavimento e manutenção, incluindo melhoramentos ao longo da rodovia. Naquele momento, estavam em andamento na BR-290, no Rio Grande do Sul, os seguintes contratos:

- do entroncamento da BR-153 para Bagé (km 316,8) até o entroncamento da BR-473 para Tabuleiro (km 412,4); e
- do entroncamento da BR-473 para Tabuleiro (km 412,4) até o entroncamento com a BR-293, fronteira Brasil-Argentina.

Também no âmbito do Programa Crema, em abril de 2013 o DNIT anunciou a realização de obras de terceira pista em trechos da BR-285, entre os municípios de Panambi e Ijuí, e foi anunciada a realização de modificações nos trevos de acesso à cidade de Panambi. Os trechos de terceiras pistas e a reforma dos trevos estavam sendo licitados em 2013 (Panambi, 2013).

Com o objetivo de criar uma rota direta entre os oceanos Atlântico e Pacífico, em abril de 2013 a presidente Dilma Rousseff anunciou a construção da BR-392, que liga Santo Ângelo a Santa Maria. A rodovia, que está orçada em R\$ 1,6 bilhão, terá uma extensão de 235 quilômetros e garantirá um corredor de transporte continental, interligando Brasil, Argentina e Chile (Pilau, 2013).

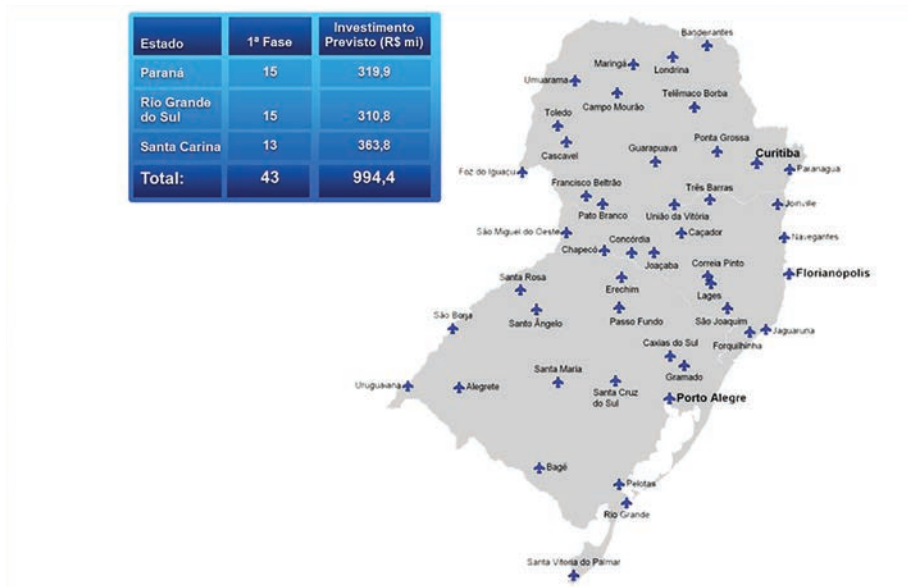
No âmbito dos investimentos em aeroportos, em 20 de dezembro de 2012 a presidente lançou o Programa de Investimentos em Logística: Aeroportos. Tratava-se de um conjunto de medidas para melhorar a qualidade dos serviços e da infraestrutura aeroportuária e ampliar a oferta de transporte aéreo à população brasileira. As ações para aeroportos integram o Programa de Investimentos em Logística, lançado em 2012 para os setores ferroviário, rodoviário e para a área portuária do país, no qual fortalecer e ampliar a malha de aeroportos regionais estão entre as principais medidas. Nesse sentido, o governo federal anunciou investimentos de R\$ 7,3 bilhões na primeira etapa do plano de aviação regional, contemplando, nessa fase, 270 aeroportos regionais, dos quais 43 estão localizados na região Sul.<sup>14</sup> No Rio Grande do Sul, os municípios localizados dentro da faixa de fronteira brasileira cujos aeroportos receberam investimentos do governo federal são: Santa Vitória do Palmar, Bagé, Alegrete, Uruguaiana, São Borja, Santo Ângelo, Santa Rosa e Erechim.

Além dos investimentos do governo federal, o governo do Rio Grande do Sul assinou, em 17 de abril de 2013, uma ordem de serviço para obras de melhorias no aeroporto municipal João Boss Filho, em Ijuí, com previsão de investimento de R\$ 880 mil e expectativa de que o aeroporto volte a ter voos comerciais até o

14. Disponível em: <<http://www.aviacao.gov.br/noticias/2012/12/governo-anuncia-programa-de-investimento-em-aeroportos>>.

mês de setembro. O contrato prevê alargamento da pista, pavimentação asfáltica e adequações técnicas. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Ijuí, em 2013 foram registrados, em média, vinte pousos por mês, apenas de aviões particulares.

FIGURA 2  
Região Sul: investimentos federais nos aeroportos (2012)



Fonte: Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República (SAC/PR).  
Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Ainda em abril, o governo estadual havia anunciado investimentos de R\$ 1,35 milhão para a modernização do Aeroporto Comandante Kraemer, em Erechim, também contemplado no Plano Nacional de Aviação.<sup>15</sup>

### 3.1.3 Setor produtivo

Os investimentos no setor produtivo do Rio Grande do Sul são diferentes, se comparados àqueles das metades sul e norte do estado, devido às características inerentes ao perfil agrícola e industrial de cada uma delas. O peso da agricultura e da pecuária, no entanto, é muito grande tanto no sul como no norte do estado, estando uma grande parcela do parque industrial gaúcho voltada à fabricação de bens e insumos para a atividade agropecuária.

15. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/16892/em-erechim-beto-grill-destaca-investimentos-do-governo-na-regiao-norte>>.

Em agosto de 2011, a Prefeitura Municipal de Itaqui assinou um protocolo de intenções para instalação, no município, de uma biorrefinaria para produção de etanol em grande escala, tendo como matéria-prima o arroz em casca, a quirera de arroz (arroz quebrado) e o sorgo granífero. Em Itaqui, seria necessária uma área de 50 ha para a construção da unidade, que teria capacidade para produzir 300 mil litros de etanol por dia – com consumo diário de 750 t de arroz em casca, isto é, 250 mil toneladas por ano –, deixando, nos cofres do município, cerca de R\$ 20 milhões em tributos anualmente. Visando o aproveitamento máximo do processo produtivo, além do biocombustível, seriam gerados outros produtos com aplicações em diversos outros segmentos industriais, como alimentação humana e animal. O empreendimento custaria aproximadamente R\$ 120 milhões e criaria de 47 a 50 empregos diretos e 300 indiretos (Barbosa, 2011).

Em janeiro de 2013, o governo estadual e a empresa Vinema Multióleos Vegetais assinaram um protocolo de intenções para viabilizar o investimento na instalação de seis novas biorrefinarias no Rio Grande do Sul, entre as quais está prevista a unidade de Itaqui (Barbosa, 2013). Em abril de 2013, o governo do Rio Grande do Sul anunciou investimentos na ordem de R\$ 2,79 milhões em Erechim para o fomento à área industrial do município.<sup>16</sup> No último ano da pesquisa, a previsão para o município de São Borja, por sua vez, era de investimentos de R\$ 132 mil, pelo governo gaúcho, para a aquisição de equipamentos agroindustriais que beneficiassem o setor de agroindústria familiar (Giacomelli, 2013).

Uruguaiana também atraiu grandes investimentos. O Grupo Nutribel, de Minas Gerais, chegou ao município no primeiro semestre de 2013, construindo uma unidade no Distrito Industrial, e na primeira etapa, o investimento previsto foi de R\$ 7 milhões. A previsão de benefício pela Nutribel era de 3 mil toneladas de arroz, com investimento total de R\$ 15,6 milhões, em uma área de 35.873 m<sup>2</sup>. A capacidade inicial de armazenagem e secagem no depósito estava prevista em 20 milhões de sacas de arroz no primeiro ano (Instalação..., 2012).

A paranaense Zaeli Sul anunciou que até o final de 2013 investiria R\$ 25 milhões na construção de seis novas linhas de produção em sua fábrica de Uruguaiana. O aporte incluía a implantação de uma usina termelétrica para a produção de 3 MW de energia por meio do consumo da casca do arroz (Carrança, 2012).

No noroeste gaúcho, a empresa Di Canalli Logística de Alta Complexidade, que atende a John Deere na área de transporte internacional de seus produtos, anunciou, em abril de 2013, investimentos que superavam os R\$ 2 milhões na instalação de uma nova unidade no município de Horizontina, que atenderia

---

16. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/16892/em-erechim-beto-grill-destaca-investimentos-do-governo-na-regiao-norte>>.

toda a região noroeste. Além dos R\$ 2 milhões investidos na obra civil, outros R\$ 8 milhões foram anunciados como investimentos em equipamentos.<sup>17</sup>

Ainda na região noroeste, a empresa Nutrifont – *joint venture* entre a Brasil Foods S.A. e o grupo irlandês Carbery – anunciou, em abril de 2013, a construção de uma fábrica no município de Três de Maio para a produção de derivados do soro de leite, gerando sessenta empregos diretos, com um investimento de R\$ 130 milhões. O início das operações estava previsto para janeiro de 2014.<sup>18</sup>

Em maio de 2013, o grupo Zaffari anunciou que investiria quase R\$ 14 milhões na construção de um prédio no município de Santa Rosa para abrigar um atacado e um supermercado. A estrutura seria instalada no terreno da empresa Trevosul, adquirido por cerca de R\$ 4 milhões. No período da pesquisa, a previsão era de que a filial de Santa Rosa geraria cerca de oitenta postos de trabalho na primeira etapa, devendo chegar a 150 vagas até a consolidação do projeto.<sup>19</sup>

Também em maio de 2013, a AGCO Corporation, indústria de máquinas e implementos agrícolas, anunciou investimentos de R\$ 50 milhões no município de Santa Rosa. A unidade industrial da empresa, localizada na cidade, produziu duzentas máquinas agrícolas por mês em 2013 – são fabricadas colheitadeiras das marcas Massey Ferguson e Valtra. As instalações abrangem 7,5 mil metros quadrados de área (AGCO..., 2013).

Em Ijuí, a empresa Camera anunciou, em 2013, investimentos de R\$ 540 mil na construção da Central de Tratamento de Sementes Industriais (CTSI) no Parque Industrial de Ijuí. O projeto tem por objetivo aprimorar o tratamento de sementes, tornando o processo mais seguro e rápido e com melhor qualidade. A central é uma parceria da Camera com a multinacional alemã Basf, uma das principais fornecedoras de produtos para proteção de cultivos da empresa.<sup>20</sup>

A Coopermil investiu R\$ 32 milhões para adquirir, em março de 2013, uma indústria processadora de grãos em Cruz Alta. A aquisição da unidade, responsável por 92 empregos diretos, fez da Coopermil a única cooperativa do Rio Grande do Sul proprietária de uma indústria processadora de grãos. A importância dessa indústria para a região reflete na previsão de geração de impostos para 2013, que alcança os R\$ 2 milhões.<sup>21</sup>

---

17. Dados retirados de matéria divulgada pela Prefeitura Municipal de Horizontina, intitulada *Empresa de logística Di Canalli anuncia investimentos em Horizontina*.

18. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/18106/industrias-do-setor-lacteo-irao-investir-r-150-milhoes-no-estado>>.

19. Disponível em: <<http://www.adsantarosa.org.br/2013/05/17/zaffari-anuncia-investimento-milionario-em-santa-rosa/>>.

20. Disponível em: <<http://www.camera.ind.br/novo/mostraNoticia.php?id=134>>.

21. Disponível em: <[http://www.noroestenoticias.com.br/publicacao-10217-Coopermil\\_Adquire\\_Industria\\_Processadora\\_Graos\\_em\\_Cruz\\_Alta.fire](http://www.noroestenoticias.com.br/publicacao-10217-Coopermil_Adquire_Industria_Processadora_Graos_em_Cruz_Alta.fire)>.

Em Palmeira das Missões, a Nestlé sinalizou que os planos de crescimento da unidade da empresa no município seriam mantidos. Em 2013, a prefeitura cedeu uma área de 54 ha para que a empresa aumentasse sua produção com a fabricação de leite em pó, leite condensado e creme de leite.<sup>22</sup>

As informações obtidas em 2012 revelaram a perspectiva de investimentos na região na ordem de R\$ 376,4 milhões (tabela 18). Os maiores são: uma fábrica de derivados de leite (Nutrifonte), em Três de Maio; uma biorrefinaria, em Itaquí; e uma indústria de máquinas e implementos agrícolas, em Santa Rosa.

TABELA 18

**Rio Grande do Sul: investimentos no setor produtivo na fronteira  
Brasil-Argentina (2012)**  
(Em R\$)

Municípios	Principais investimentos	Valor estimado
Cruz Alta	Coopermil	32.000.000
Ijuí	Camera	540.000
Erechim	Governo do Rio Grande do Sul	2.790.000
Santa Rosa	AGCO	50.000.000
Santa Rosa	Zaffari	14.000.000
Três de Maio	Nutrifont	130.000.000
Horizontina	Di Canalli	2.000.000
São Borja	Governo do Rio Grande do Sul	132.285
Itaquí	Vinema Multióleos	120.000.000
Uruguaiana	Zaeli Sul	25.000.000
Uruguaiana	Nutribel	15.600.000
<b>Total</b>		<b>376.462.285</b>

Elaboração dos autores.

### 3.2 Região de fronteira Brasil e Uruguai

Assim como na fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina, a maior parcela de investimentos anunciados para a faixa de fronteira do Brasil com o Uruguai estava prevista dentro do PAC e da agenda de projetos da Iirsa. Eles abrangeram o período de 2007 a 2015 e concentraram-se nos setores de transportes (portos, terminais de carga, dragagem e sinalização, rodovias, pontes), energia (eólica, hidroelétrica, termelétrica, biomassa), comunicação (cabo de fibra ótica) e construção de barragens.

22. Disponível em: <[http://www.palmeiradasmissoes-rs.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=820&Itemid=53](http://www.palmeiradasmissoes-rs.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=820&Itemid=53)>.



### 3.2.1 Energia

Para o setor de energia, estão listadas abaixo as previsões do PAC, de 2012, acerca de investimentos no Rio Grande do Sul. Estes se direcionam a empreendimentos de geração de energia eólica nos municípios de Rio Grande, Santana do Livramento, Chuí, Santa Vitória do Palmar, Palmares do Sul e Bagé (tabela 19).

No que tange aos investimentos na rede de distribuição, o valor previsto em 2012 para a interconexão de redes de 500 Kv com unidade conversora (50 e 60 Hz) entre as cidades de Melo (Uruguai) e Bagé/Candiota era de R\$ 744,4 milhões (tabela 19).

TABELA 19

**Rio Grande do Sul: investimentos em geração de energia eólica na fronteira Brasil-Uruguai (2012)**  
(Em R\$)

Municípios	Valor estimado
Rio Grande	677.040.000
Santana do Livramento	740.721.000
Chuí	548.760.000
Santa Vitória do Palmar	981.447.000
Palmares do Sul	916.584.000
Bagé	744.417.000
<b>Total</b>	<b>3.864.552.000</b>

Elaboração dos autores.

No âmbito da produção de biocombustíveis, a Vinema Multióleos pretende instalar, além da usina de Itaqui, já mencionada, outras cinco usinas de etanol de arroz na metade sul do Rio Grande do Sul. O investimento total previsto no projeto é de R\$ 720 milhões até 2020, quando as seis unidades devem estar em operação. De acordo com o estipulado no projeto, as seis unidades produzirão 600 mil metros cúbicos de etanol, 475 mil toneladas de CO<sub>2</sub> e 21 mil toneladas de óleo, além da energia elétrica gerada a partir da casca de arroz (Barbosa, 2013).

Segundo as informações coletadas, a região de fronteira entre Brasil e Uruguai teria um incremento de recursos destinados à geração de energia de R\$ 3,86 bilhões. Entre os investimentos, praticamente a metade teria sido aplicada nas localidades de Santa Vitória do Palmar e Palmares do Sul, e os municípios de Bagé e Santana do Livramento receberiam aproximadamente 40% do montante total.

FIGURA 3  
Programa Luz para Todos



Fonte: PAC 2/Ministério do Planejamento.

### 3.2.2 Transportes

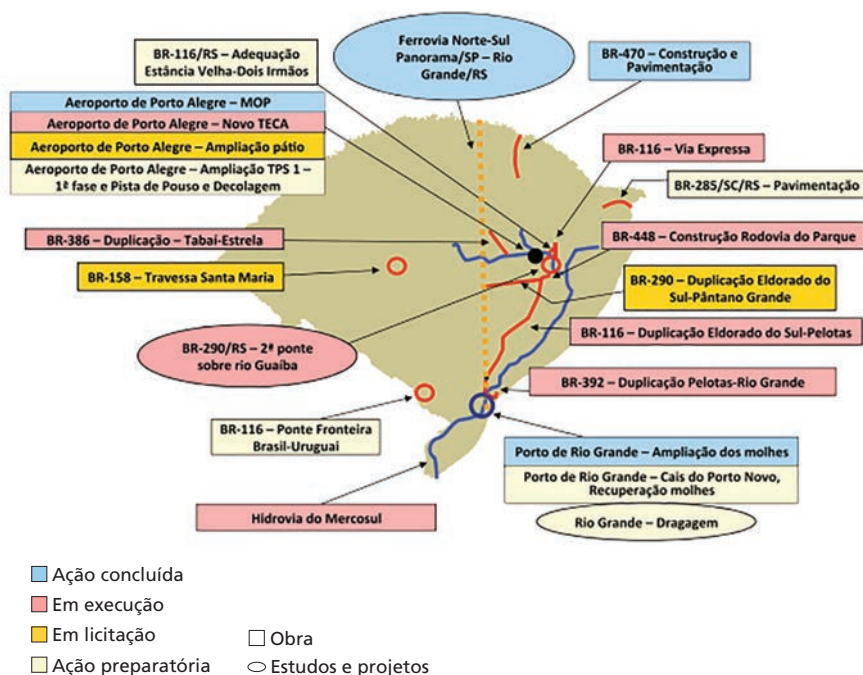
No setor de transportes, a maior parte dos investimentos na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai (provenientes da IIRSA e do PAC 2) está localizada nas cidades de Rio Grande, Jaguarão, Rosário do Sul e Santana do Livramento (tabela 20). No município de Jaguarão, o PAC prevê investimentos de R\$ 199,4 milhões para a construção de uma nova ponte. No âmbito do transporte ferroviário, em Santana do Livramento estavam previstos, até 2013, investimentos de R\$ 10,6 milhões no acondicionamento da ferrovia Rivera-Cacequi (tabela 20 e figura 4).

TABELA 20  
Rio Grande do Sul: investimentos em transportes na fronteira Brasil-Uruguai (2013)  
(Em R\$)

Municípios	Valor estimado
Rio Grande	1.507.117.000
Jaguarão	199.435.500
Rosário do Sul	63.990.000
Santana do Livramento	10.665.000
<b>Total</b>	<b>1.781.207.500</b>

Elaboração dos autores.

FIGURA 4  
Investimentos do PAC em infraestrutura de transportes

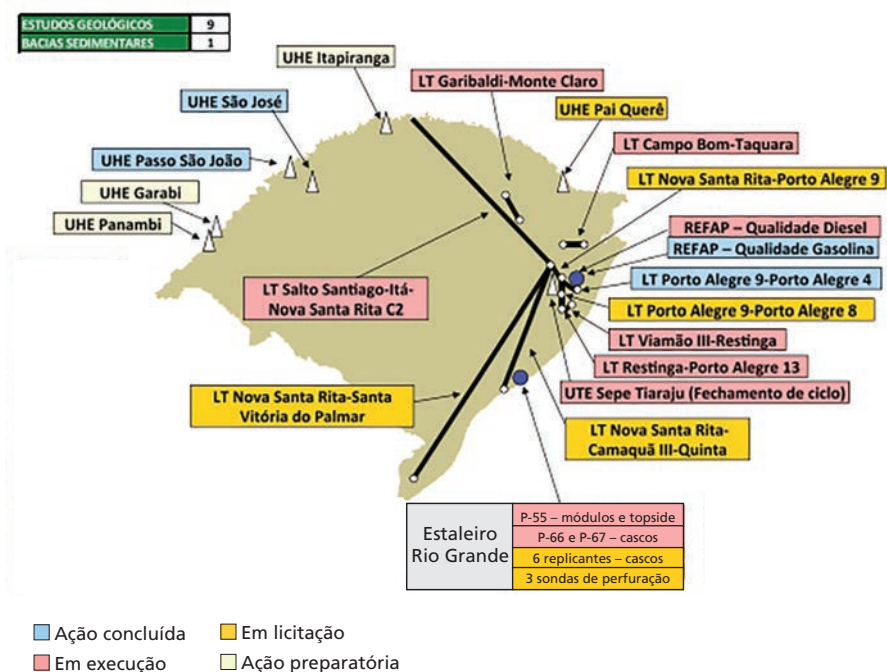


Fonte: PAC 2/Ministério do Planejamento.

Durante o período da pesquisa, a agenda de projetos da Iirsa também previa recursos para os transportes fluvial e lacustre de cargas e passageiros nas lagoas Mirim e dos Patos (hidrovia Uruguai-Brasil, também conhecida como Hidrovia do Mercosul), mediante a prestação de serviços de transportes capazes de operar maior volume unitário de carga em distâncias compatíveis com esse modal, reduzir custos logísticos e descongestionar rodovias. Tais previsões de investimento totalizavam, na época, o valor de US\$ 49 milhões, sendo US\$ 34 milhões dos governos do Brasil e do Uruguai e US\$ 15 milhões do setor privado.<sup>23</sup> No que tange aos investimentos previstos no PAC em infraestrutura de transportes e na rede de energia do Rio Grande do Sul, percebeu-se uma concentração de projetos na região leste do Rio Grande do Sul (figuras 4 e 5).

23. Disponível em: <[http://www.iirsa.org/proyectos/detalle\\_proyecto.aspx?h=967](http://www.iirsa.org/proyectos/detalle_proyecto.aspx?h=967)>.

FIGURA 5  
Investimentos do PAC na rede de energia do Rio Grande do Sul



Fonte: PAC 2/Ministério do Planejamento.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

### 3.2.3 Telecomunicações

De acordo com o Ministério das Comunicações do Brasil (atualmente Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), a inauguração do primeiro anel óptico sul-americano, uma iniciativa entre Brasil e Uruguai, irá proporcionar uma rede de alta velocidade, serviços de transmissão de voz, dados e imagens, além de integrar redes entre os dois países, beneficiando tanto os moradores de Santana do Livramento quanto os de Rivera. A rede comum foi resultado da parceria da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebras) com a Administração Nacional de Telecomunicações (Antel), empresa estatal de telecomunicações do Uruguai. A integração das redes possibilitou a instalação do primeiro Telecentro Binacional da América Latina, em Santana do Livramento. Na praça Internacional, um dos marcos da fronteira entre os dois países, foi instalado sistema de *wi-fi* grátis para atender à população.

O Telecentro Binacional da América Latina em Santana do Livramento e Uruguai, inaugurado em 2013, funciona em um prédio da Prefeitura Municipal de Santana do Livramento e oferece cursos de informática à população dos dois

países. Os vinte computadores do telecentro, doados pela Caixa Econômica Federal, estão configurados com padrões de acessibilidade para os portadores de deficiência visual, e os valores investidos não foram informados (Inaugurado..., 2013).

Outra iniciativa que estimula o desenvolvimento das telecomunicações nas fronteiras entre os países sul-americanos é o compromisso firmado pelos países da Unasul no sentido de interligar as redes de comunicação na América do Sul. De acordo com o Ministério das Comunicações do Brasil, o caminho percorrido pelos dados em uma simples conexão à internet é extenso e caro: se um internauta do Brasil acessa um *site* do Chile, por exemplo, a conexão segue até um servidor nos Estados Unidos, via cabos submarinos, para, então, voltar ao Chile. Com o anel óptico interligando os países sul-americanos, o tráfego circulará diretamente entre as redes locais. O compromisso ressalta, ainda, a necessidade de trabalhar para geração, armazenamento e distribuição de conteúdos locais, de modo a aumentar a importância do tráfego de dados na região. Os ministros dos seguintes países assinaram o documento: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.<sup>24</sup>

### 3.2.4 Outros recursos aplicados em infraestrutura

Diferentemente dos investimentos em transporte e energia, as ações relacionadas com a construção de barragens, assim como a infraestrutura aeroportuária (figura 2), estão mais presentes na região da fronteira, embora elas também existam na região leste. A tabela 21 contém o valor dos investimentos por município.

TABELA 21  
**Rio Grande do Sul: total de investimentos previstos para a construção de barragens na fronteira Brasil-Uruguai (2013)**  
 (Em R\$)

Municípios	Investimentos previstos
Rosário do Sul	68.690.000
Bagé	27.530.000
Jaguari	146.130.000
Faxinal do Soturno	15.000.000
Sarandi	8.000.000
Dom Pedrito	82.000.000
<b>Total</b>	<b>265.350.000</b>

Fonte: PAC 2/Ministério do Planejamento.  
 Elaboração dos autores.

### 3.2.5 Setor produtivo

Carregando há anos o estigma de região menos desenvolvida do estado, a metade sul gaúcha passou a receber mais atenção por parte dos investidores após o cultivo da soja

24. Disponível em: <<https://youtu.be/RZ2uC8v-VTU>>.

ter demonstrado bons resultados. Em 2012 e 2013, houve um acréscimo de 377 mil hectares cultivados com o grão, chegando a 1,3 milhão de hectares. O movimento sentido norte-sul é puxado por unidades de recebimento de grãos, sementes e fertilizantes e indústrias de beneficiamento oriundas da metade norte (Colussi, 2013).

Acompanhando o rastro da soja, indústrias de beneficiamento e de fertilizantes começam a montar suas estruturas na região, onde o plantio do grão mais do que dobrou nos últimos dois anos. Alguns locais, como o Distrito Industrial de Bagé, vêm sendo cotados como receptores desses novos investimentos. Em 2013, o governo estadual negociou a venda de áreas localizadas neste distrito a preço reduzido: R\$ 2 mil o hectare.

Alguns grupos com matriz nas Missões e no Planalto Médio sinalizaram interesse em novos investimentos. A empresa Camera, por exemplo, que possui 44 unidades de recebimento de grãos no norte e oito na metade sul do estado, anunciou um investimento de R\$ 7 milhões em uma operação com capacidade estática de 300 mil sacas. Já a Agrofel Grãos e Insumos, do grupo Ferrarin, que possui onze unidades de recebimento de grãos no norte gaúcho, divulgou a instalação de quatro a seis novas unidades na metade sul (Colussi, 2013).

Além da atividade agrícola, a metade sul do Rio Grande do Sul vinha sendo fortemente impactada pelos investimentos do governo federal no polo naval de Rio Grande – R\$ 7 bilhões, até 2013 –, voltados, sobretudo, à construção de navios e plataformas para a Petrobras (tabela 22). A expectativa é de que a população duplique até 2023. No porto de Rio Grande foram erguidas quatro plataformas da Petrobras para a exploração de petróleo, onde foram gerados 24 mil empregos em 2013. Todavia, em novembro de 2015, o polo tinha apenas cerca de 9 mil funcionários, pois muitos projetos foram interrompidos em decorrência da insegurança gerada pelas prisões executadas pela operação Lava Jato (Pereira, 2015).<sup>25</sup>

TABELA 22

**Rio Grande do Sul: investimentos<sup>1</sup> previstos no setor produtivo na fronteira Brasil-Uruguai (2013)**  
(Em R\$)

Municípios	Valor previsto
Rio Grande	7.000.000.000
Bagé	41.700.000
Santana do Livramento	45.000.000
Jaguarão	10.000.000
<b>Total</b>	<b>7.096.700.000</b>

Elaboração dos autores.

Nota: <sup>1</sup> Foram excluídos os investimentos da agricultura familiar.

25. A mudança do cenário lucrativo do polo naval de Rio Grande foi anunciada por diversos jornais. Para mais informações acerca dos dados publicados neste texto, ver Pereira (2015).

A vitivinicultura também vem recebendo impulso na metade sul do estado. A vinícola Salton, com sede em Bento Gonçalves, na serra gaúcha, pretende investir R\$ 45 milhões de 2013 até 2020 para expandir o cultivo de uvas e reduzir em 40% seus custos de produção. Para tanto, a empresa projetou uma nova unidade em Santana do Livramento para o cultivo de 450 ha de vinhedos.

Os setores de comércio e serviços na fronteira Brasil-Uruguai também têm sido movimentados, nos últimos anos, por importantes projetos. Em Jaguarão, cidade movimentada pela proximidade dos *free shops* uruguaios, empresários porto-alegrenses e santa-cruzenses foram atraídos pelo projeto de tombamento de prédios históricos que se transformaram em um novo hotel, mediante o investimento de R\$ 10 milhões. O empreendimento, cujas obras foram iniciadas em abril de 2012, fica às margens da BR-116 (Sanches, 2012).

No município de Bagé, em março de 2012 o grupo Walmart anunciou uma projeção de investimentos de R\$ 30,7 milhões. O investimento incluiu a construção do vigésimo Hipermercado BIG no estado, a segunda loja da varejista em Bagé (Bagé..., 2012). Também em Bagé, a empresa uruguaia Carrocerias Patriarca anunciou investimentos de R\$ 11 milhões na instalação de uma linha de montagem de carrocerias de ônibus e micro-ônibus. Do total do investimento, a empresa pretende entrar com recursos próprios de R\$ 7,5 milhões e financiar o restante com alguma instituição de fomento ligada ao governo do Rio Grande do Sul, como o Badesul ou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). A perspectiva é de uma produção anual de 540 veículos e criação de 120 postos de trabalho na nova planta (Montadora..., 2012).

No âmbito dos investimentos em agricultura familiar na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, em maio de 2013 a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) entregou para sua coordenadoria regional, em Bagé, três tratores. Além disso, ocorreu também a assinatura de termo de contrato com a Associação Quilombola do Distrito de Palmas e com o município de Hulha Negra. Os projetos visam atender às demandas dos agricultores familiares, quilombolas, pescadores e assentamentos, pois trata-se de uma parceria entre o governo estadual, as prefeituras e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul-Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Emater/RS-Ascar).

A associação dos quilombolas recebeu R\$ 70 mil, sendo que, desse valor, R\$ 40 mil foram destinados à construção da sede. Além disso, há o projeto para a construção de uma cozinha industrial junto ao prédio. Serão mais de quarenta famílias atendidas. Por sua vez, no Corede Campanha, 7.385 famílias foram beneficiadas com os projetos da SDR, totalizando mais de R\$ 11 milhões em investimentos. Dos recursos do Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013,

foram destinados R\$ 750 mil, com o objetivo de qualificar a infraestrutura dos assentamentos. Para Bagé, os investimentos foram de R\$ 926 milhões.<sup>26</sup>

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A faixa de fronteira brasileira, que compreende a área estendida ao longo do limite territorial, com largura interna de 150 km, é composta por 588 municipalidades, distribuídas em onze estados, abrigando cerca de 10 milhões de habitantes.

Ainda que aproximadamente 6% dos brasileiros residam nessa região, ela se particulariza por apresentar escasso povoamento e níveis de desenvolvimento socioeconômico inferiores à média nacional. Entre os problemas comumente citados, estão o descaminho de mercadorias e o contrabando transfronteiriço. Porém, sua situação geográfica também lhe possibilita uma gama maior de intercâmbios, tanto na perspectiva econômica, a partir do comércio de produtos e serviços, como sob o ponto de vista cultural, partilhando idiomas e costumes.

Foi em razão dessas singularidades que, em 2011, o Ipea apresentou a proposta de estudo dirigida à análise dos impactos sobre as regiões de fronteira oriundos do processo de integração do Mercosul. O objetivo central era fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas de integração e articulação dessas regiões.

Pontualmente, a análise sobre o eixo capital – elaborada pela equipe da FEE-RS – privilegiou os recursos aplicados em investimentos produtivos e em melhorias de infraestrutura (nas áreas de transportes, energia e telecomunicações), na região da faixa de fronteira dos quatro estados selecionados, com sua execução prevista em três etapas.

Devido à antecipação do término do projeto, entretanto, foram finalizadas apenas duas dessas etapas, que envolveram: *i*) a revisão bibliográfica sobre o tema e a região delimitada; *ii*) o levantamento e a sistematização de informações sobre os investimentos e recursos aplicados em infraestrutura, no âmbito dos municípios gaúchos situados na região da fronteira;<sup>27</sup> *iii*) a coleta e a análise de dados secundários socioeconômicos dos quatro estados, priorizando os municípios selecionados nas três condições de fronteira – cidades gêmeas, linhas de fronteira e faixa de fronteira; *iv*) a confecção de questionário direcionado aos atores locais; e *v*) a elaboração de uma série de mapas temáticos sobre a região.

De acordo com as informações coletadas, observou-se que os estados analisados integram dois grupos distintos economicamente. De um lado, situam-se os dois

26. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/16453/governo-entrega-maquinas-e-assina-contratos-com-quilombolas-na-regiao-da-campanha>>.

27. Vale destacar que o levantamento para os outros três estados – Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Paraná – foi previsto e seu início se daria após o recebimento dos relatórios parciais das outras equipes. Entretanto, como isso não ocorreu, a base de informações apresentadas contempla somente o estado do Rio Grande do Sul.



estados da região Sul analisados, Paraná e Rio Grande do Sul, onde predominam as atividades industriais e de serviços, que responderam, juntos, em 2010, por aproximadamente 11% da riqueza gerada no país. De outro lado, encontram-se os dois estados da região Centro-Oeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (com sua base econômica fortemente atrelada ao setor primário), que em 2010 geraram 2,8% da produção total brasileira e ocuparam as posições quinze e dezessete no *ranking* nacional do PIB. Entre 2000 e 2010, nos estados do Sul, pouco dessa estrutura se alterou, contudo, no Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul houve uma expansão da participação do setor industrial, em detrimento da do setor agropecuário, indicando um novo desenho na estrutura econômica.

Entre as três categorias de fronteira – linha, faixa e cidade gêmea –, observou-se que, nos municípios de linha de fronteira, as participações no PIB estadual foram menores, o PIB *per capita* foi inferior às médias dos estados e do país, e, nitidamente, a base econômica sustentou-se no setor primário da economia. O fato de possuírem baixa participação no PIB, em parte, está relacionado ao pequeno número de municípios nessa condição (44 municípios no total dos quatro estados), mas, como sinalizou o indicador de PIB *per capita*, o nível gerado de produto por indivíduo sempre foi baixo na região.

Nos municípios de faixa de fronteira, em contraponto, constatou-se que a participação no PIB estadual foi maior, contando com uma base econômica mais diversificada, conforme sinalizaram as informações do VAB. Entretanto, a razoável participação no PIB e a economia mais variada não foram condições suficientes para gerar um PIB *per capita* com valores mais altos. Em média, nos municípios da faixa de fronteira, o PIB *per capita* ficou bem próximo à média dos estados.

Finalmente, o grupo das cidades gêmeas encontra-se num nível intermediário em comparação às outras duas situações. Houve diferenças bem marcadas, como o caso dos municípios de Corumbá e Ponta Porá (Mato Grosso do Sul), Foz do Iguaçu (Paraná) e Uruguaiana (Rio Grande do Sul), que ocupam um lugar mais relevante nas economias de seus respectivos estados. As informações referentes ao número de empregos formais nas classes de atividade econômica dos municípios selecionados, nos quatro estados pesquisados, partilham semelhanças, mas também apresentam algumas singularidades.

No Mato Grosso, as atividades econômicas relacionadas à pecuária e ao abate e preparação de produtos de carne foram as mais importantes em número de empregos formais na região da fronteira. Da mesma forma, no estado do Mato Grosso do Sul, a pecuária e o abate e a preparação de produtos de carne também abarcaram o maior número de empregos formais nessa região (excluindo-se a administração pública, o setor de comércio e serviços e a construção civil).

Nos municípios paranaenses selecionados, apesar de o abate e a preparação de produtos de carne, aves e pequenos animais contabilizarem o maior número de empregos formais (excluindo-se a administração pública, o setor de comércio e serviços e a construção civil), destacaram-se também a confecção de artigos do vestuário e a fabricação de artigos do mobiliário.

Por sua vez, os municípios gaúchos da fronteira distinguem-se dos demais municípios nessa condição. A oferta de postos de empregos formais foi mais diversificada tanto nas atividades da agropecuária (cultivo de cereais para grãos, beneficiamento de arroz, cultivos de lavouras temporárias, criação e preparação de produtos de carne) como nas da indústria (fabricação de máquinas e equipamentos agrícolas, fertilizantes, peças de ferro e aço e de elevadores e empilhadeiras).

Os dados expostos demonstraram que a região da fronteira não é homogênea em termos de diversidade produtiva. Na última década, alguns territórios dessa região aparecem como polo de atração de novos setores produtivos, que passam a se somar à sua estrutura produtiva assentada na agropecuária.

Particularmente, no Rio Grande do Sul, os investimentos em geração de energia, na faixa de fronteira, caracterizam-se pela diversificação, tanto no limite com a Argentina como com o Uruguai. Na fronteira com a Argentina, sobressaíram-se, em 2012 e 2013, os projetos de termelétricas – a gás e a biocombustíveis, a exemplo da produção a partir da casca de arroz – e hidrelétricas, além do investimento na rede de distribuição. No lado uruguaio, destacaram-se os projetos previstos no PAC 2.

No que diz respeito aos transportes, mostraram-se relevantes os projetos de infraestrutura rodoviária, financiados através da Iirsa e do PAC 2, além da participação, ainda que em menor peso, dos recursos dos governos estadual e municipal. No lado da fronteira com a Argentina, estão previstas a construção de uma nova ponte sobre o rio Uruguai, a reforma e a ampliação de aeroportos e a recuperação e duplicação de rodovias. No lado fronteiriço com o Uruguai, houve a viabilização de investimentos nos ramos ferroviário e fluvial.

Na área de telecomunicações, cabe mencionar a inauguração do primeiro anel óptico sul-americano. Essa iniciativa entre Brasil e Uruguai – resultado da parceria da Telebras com a Antel – possibilita o acesso a uma rede de alta velocidade e serviços de transmissão de voz, dados e imagem. Outra importante iniciativa foi o compromisso firmado pelos países da Unasul no sentido de interligar as redes de comunicação na América do Sul.

Finalmente, os investimentos no setor produtivo sinalizam uma tendência de diversificação produtiva, acompanhada pela consolidação de alguns segmentos mais tradicionais da região. Na faixa de fronteira com a Argentina, mais ao sul do estado, conforme citado anteriormente, uma parte importante dos recursos está sendo

aplicada na produção de energia, baseada na casca de arroz e no beneficiamento desse cereal a partir da produção de óleo. Na parte da fronteira noroeste, destacam-se os investimentos na indústria, mais precisamente na produção de máquinas e equipamentos agrícolas e na produção de alimentos. Na faixa de fronteira com o Uruguai, merecem atenção os investimentos aplicados na produção de soja e vinhos e, especialmente, no complexo que está emergindo a partir da ampliação do polo naval de Rio Grande.

Em suma, as informações levantadas sugerem, no campo das políticas de desenvolvimento, a adoção de projetos e programas de investimento que respondam à diversidade identificada nessa região. É fundamental que sua particularidade geográfica seja contemplada nos planos nacional e estaduais de desenvolvimento. Internamente, devem-se ampliar as discussões com os atores locais, identificando suas demandas, e externamente, é preciso intensificar o processo de integração com os países vizinhos, a partir do encaminhamento de acordos bilaterais. No campo dos investimentos produtivos, por exemplo, a adoção de uma política diferencial de crédito para essas localidades seria uma forma de alavancar a economia, possibilitando uma melhoria das condições econômicas e sociais.

## REFERÊNCIAS

AGCO inaugura dia 28 ampliação de R\$ 50 milhões. **Jornal Noroeste**, 17 maio 2013. Disponível em: <<http://www.jornalnoroste.com.br/noticias/economia/agco-inaugura-dia-28-ampliacao-de-r-50-milhoes>>.

BAGÉ receberá R\$ 30,7 milhões em investimentos do Walmart. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 21 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=89326>>. Acesso em: 19 nov. 2012.

BARBOSA, J. Prefeito Gil assina protocolo de intenções para instalação de uma biorrefinaria. **Portal Itaqui**, 3 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias/2011/08/prefeito-gil-assina-protocolo-de-intencoes-para-instalacao-de-uma-biorrefinaria.html>>.

\_\_\_\_\_. Prefeito prestigia inauguração de usina termelétrica em São Borja. **Portal Itaqui**, 28 maio 2012. Disponível em: <[http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias\\_detalle\\_imprimir.php?nId=1439](http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias_detalle_imprimir.php?nId=1439)>. Acesso em: 6 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Protocolo de intenções entre governo gaúcho e empresa prevê investimento de R\$ 720 milhões em biorrefinarias no Estado. **Portal Itaqui**, 11 jan. 2013. Disponível em: <[http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias\\_detalle\\_imprimir.php?nId=1565](http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias_detalle_imprimir.php?nId=1565)>. Acesso em: 14 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Instalação de Usina Termelétrica em Itaqui vai sair do papel. **Portal Itaqui**, 18 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.itaqui.rs.gov.br/noticias/2015/11/instalacao-de-usina-termeletrica-em-itaqui-vai-sair-do-papel.html>>.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**: bases de uma política integrada de desenvolvimento regional para a faixa de fronteira. Brasília: Iica, 2005. Disponível em: <<http://www.retis.igeo.ufrj.br/wp-content/uploads/2005-livro-PDFF.pdf>>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira**: Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF. Brasília: Iica, 2009. Disponível em: <<http://ois.sebrae.com.br/publicacoes/2970-2/>>.

CARRANÇA, T. Indústrias médias investem alto para crescer. **Diário Comércio, Indústria e Serviços**, 3 set. 2012.

COLUSSI, J. Investimentos de empresas do agronegócio migram para metade Sul. **Zero Hora**, 31 maio 2013. Disponível em: <[goo.gl/6jR6bQ](http://goo.gl/6jR6bQ)>.

GIACOMELLI, F. São Borja receberá investimentos provenientes da participação popular. **Fábio Giacomelli.com**, 21 maio 2013. Disponível em <<http://www.fabiogiacomelli.com/2013/05/sao-borja-recebera-investimentos.html>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

INAUGURADO o primeiro anel óptico sul-americano. **Portal Brasil**, 20 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2013/06/inaugurado-o-primeiro-anel-optico-sul-americano>>.

INSTALAÇÃO da Nutribel em 60 dias. **Portal Uruguaiana**, 21 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.portaluruguaiana.com.br/noticias/2012/03m/21/nutribel/nutrib.php>>.

KLEIN, J. Argentina deverá receber energia da AES Uruguaiana. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 27 maio 2013. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=125027>>. Acesso em: 3 maio 2013.

MACHADO, L. Limites, fronteiras e redes. *In*: STROHAECKER, T. M. *et al.* (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998. p. 41-49.

MONTADORA uruguaia de ônibus terá unidade em Bagé. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 23 abr. 2012. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=91772>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

PANAMBI. Prefeitura Municipal. DNIT confirma intervenções nos três trevos de Panambi. **GuiaDigital.Info**. Panambi: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <[http://www.guiadigital.info/index.php?not=1&pesq\\_not=1&mostra=13888](http://www.guiadigital.info/index.php?not=1&pesq_not=1&mostra=13888)>. Acesso em: 16 maio 2013.

PEREIRA, R. Rio Grande vive ressaca da Lava Jato. **O Estado de S. Paulo**, 7 nov. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,nova-noticia,1792605>>. Acesso em: 5 set. 2016.

PILAU, J. M. Dilma anuncia R\$ 2,46 bilhões para obras em estradas no Estado. **rs.gov.br** [s.l.]: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.rs.gov.br/conteudo/17962/dilma-anuncia-r-246-bilhoes-para-obras-em-estradas-no-estado>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Núcleo Regional de Integração da Faixa de Fronteira. **Plano de Desenvolvimento e Integração da Faixa da Fronteira do Estado do Rio Grande do Sul** – PDIF/RS. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201604/11112501-pdif-rs-versao-final-site-relinter.pdf>>.

RÜCKERT, A.; GRASLAND, C. Transfronteirizações: possibilidades de pesquisa comparada América do Sul-União Europeia. **Revista Geopolítica**, Natal, v. 3, n. 2, p. 90-112, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yfWg7QwRtfgJ:www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/52/51+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>.

SANCHES, J. Iniciam as obras do novo hotel de Jaguarão. **Diário Popular**, Pelotas, 4 abr. 2012.

SANTOS, C. R. Sobre limites e fronteiras: a reprodutibilidade do estoque territorial para os fins da acumulação capitalista. **Revista Confins**, n. 12, dez. 2011. Disponível em: <<https://confins.revues.org/7081>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

SÃO BORJA. Câmara Municipal. Vereadores participam da inauguração da Usina de Biomassa. **Câmara Municipal de São Borja**. São Borja: Câmara Municipal, 2012. Disponível em: <[http://www.camarasaaborja.rs.gov.br/noticia.php?id\\_not=1275](http://www.camarasaaborja.rs.gov.br/noticia.php?id_not=1275)>. Acesso em: 2 jun. 2013.

SPEROTTO, F.; CARNEIRO FILHO, C.; CRUZ, M. **Seleção da amostra de municípios da temática investimento produtivo e infraestrutura** – Projeto Proredes: Mercosul e regiões de fronteira. 2012. Mimeografado.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOVERNO movimentará R\$ 215 milhões em orçamento para portos. **Pensar Grande**, 27 maio 2013. Disponível em: <<http://pensargrandeilheus.blogspot.com.br/2013/05/movimentar-r-215-milhoes-em-orcamento.html>>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Chamada pública Ipea/Proredes nº 001/2011**. 2011.

LACERDA, R. Plataformas de globalização. **Revista Amanhã**, Porto Alegre, 27 maio 2013. Disponível em: <<http://www.amanha.com.br/home-2/4867-plataformas-de-globalizacao>>. Acesso em: 3 jun. 2013.

RIO GRANDE: investimentos no Polo Naval pode duplicar população. **SBT Notícias**, 5 out. 2011.